

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - Medicamentos		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 0254/00	DATA: 06/04/00
INÍCIO: 9h45min	TÉRMINO: 13h33min	DURAÇÃO: 3h49min
PÁGINAS: 102		QUARTOS: 43
REVISOR: DANIEL		
SUPERVISORES: ESTELA, LETÍCIA		
CONCATENAÇÃO: NEUSINHA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
GILBERTO PEREIRA - Presidente da MEDITA Representações. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Laboratórios Nacionais — ABRADILAN

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.
OBSERVAÇÕES
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Há oradores não identificados. Há intervenções inaudíveis. Há palavras ininteligíveis. Há falha na gravação. A reunião foi suspensa a fls. 42, 53 e 58. Régis - pág. 90. Apinafarma - pág. 90. Não foi possível conferir a grafia dos nomes acima citados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 46ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias das atas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pedida a dispensa, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Considero, portanto, aprovada. Estou distribuindo 25 documentos recebidos por esta Comissão, nos quais encontra-se um ofício do Banco Central, referente à quebra de sigilo bancário. Também estou distribuindo aos Srs. Deputados um documento, relatório dos levantamentos da Polícia Federal. Todos esses documentos que não estão sendo entregues e os sigilosos encontram-se à disposição dos Srs. Deputados. Há alguns documentos que são extremamente volumosos. E, embora não sejam sigilosos, eu vou deixar à disposição dos Srs. Deputados para fornecer cópia do documento, noticiado o seu conteúdo, para aqueles que desejarem aprofundar. Esta reunião foi convocada para ouvir os Srs. Dr. Wilson Roberto Gonçalves, Presidente da ABRIDILAN, ou ABRADILAN, que é a Associação Brasileira de Distribuidores de Laboratórios Nacionais, a quem convido fazer parte da mesa. E também o Dr. Gilberto Pereira, Presidente da Médita ou MEDITA Representações, dúvida que esclareceremos imediatamente, sem dúvida nenhuma, com a presença. *(Pausa.)* A reunião regimentalmente concede aos expositores o prazo até 20 minutos. E depois da exposição os Srs. Depoentes serão interpelados pelos Srs. Deputados nos termos regimentais. Nós vamos começar essa reunião ouvindo desde logo o Dr. Gilberto Pereira, que não pôde estar presente na reunião que fizemos aqui, quando convocamos o Sr. Secretário do Rio de Janeiro, Dr. Gazolla, e os doutores, aliás, e os vendedores, distribuidoras e laboratórios que participaram duma concorrência no Rio de Janeiro. A razão daquele evento, daquele convite, foi o fato noticiado amplamente de que os medicamentos ali vendidos para a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro tinham descontos surpreendentes de até 96% em alguns casos e na maioria dos casos descontos de 90% ou... e até 80% e 90%. Então, concedo, feitos esses esclarecimentos... Quer dizer, coisa que, no nosso entender, não é nenhum crime. O que nos surpreende é a gordura e nós queremos saber exatamente como nós podemos tirar essa gordura para vender esses produtos para outros segmentos da sociedade sem essa

gordura. Então, tem a palavra o Dr. Gilberto Pereira, pelo prazo de até vinte minutos.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Bom-dia. A respeito desta... Primeiramente, eu queria justificar: a minha não presença aqui foi por motivo de saúde da minha esposa. Respondendo a este assunto, eu gostaria de explicar que a indústria farmacêutica que vende ao Governo, praticamente a indústria nacional é que abastece os órgãos governamentais, já que as multinacionais e as empresas estrangeiras não vendem, ou preferem não vender, ou, se participam da licitação, elas o fazem de maneira incompleta para que seja desqualificada, desabilitada no ato da habilitação. Mas a indústria nacional, ela participa das licitações concedendo preços, que são preços que dão lucratividade ainda à indústria e, no caso da Prefeitura especificamente, é um órgão governamental que pratica hoje o melhor sistema de controle de preços para licitações. Tem... Eles têm um sistema informatizado com todos os preços cotados nos órgãos públicos do Rio de Janeiro e de muitos Estados do Brasil, sabem quanto cada laboratório vendeu o produto "x" no hospital tal. Então, com esse painel e com a forma de pagamento que eles adotam, a Prefeitura do Rio de Janeiro, até o final do ano, ela pagava no prazo máximo de quarenta dias da data da entrega da mercadoria. Então, você entregava a mercadoria no hospital ou no ambulatório que eles determinavam, a nota era autenticada por dois farmacêuticos do hospital, a indústria dá entrada nessa nota na Prefeitura e quarenta dias depois recebia o dinheiro automaticamente, sem nenhum problema. Isso permitia que as empresas diminuíssem a sua lucratividade para fazer capital de giro. Como grande parte da matéria-prima que a indústria farmacêutica utiliza — aliás, esse é um tema que eu vou falar daqui a pouco — é importada, a prazos de cento e vinte a cento e oitenta dias, se ela importa um produto, tem agilidade em liberá-lo da alfândega, aprová-lo, colocar na linha de produção e vendê-lo e receber rapidamente, ela tem um capital de giro bastante, a custo zero, praticamente. Então, nós, que somos representantes exclusivo e somente da CIBRAN, que é a Companhia Brasileira de Antibióticos, mais uma empresa brasileira, nós cotamos não só na Prefeitura do Rio de Janeiro mas em vários órgãos do Brasil que pagam bem. Evidentemente existem órgãos governamentais que primam em pagar com grande atraso — seis meses, um ano —, não dão satisfações. E a esses órgãos a gente ou vende por um preço um pouco maior ou então não vende. Eu acho que expliquei. Eu estou trazendo os

documentos que a CPI nos solicitou: cópias de notas fiscal, fiscais, o resultado da licitação, as empresas que cotaram e os nossos preços. É bom, é bom frisar também que a indústria adota este sistema porque com isso ela não tem despesas de propaganda, distribuição de amostras, publicidade em revistas médicas e despesas com a equipe de vendas. Essas despesas são bastante volumosas para uma indústria farmacêutica comercializar seus produtos e com a venda a um órgão do Governo, aquele produto, sendo utilizado pela classe médica no dia-a-dia, que observa inclusive o efeito terapêutico do produto no seu paciente, faz com que ele passe a receitar, a usar esse mesmo produto no seu consultório ao seu paciente particular. A CIBRAN, a empresa que a MEDITA representa, ela vende medicamentos de excelente qualidade dentro das normas dos GMPs regidos pelo Ministério da Saúde, com preços-fábrica, preços-fábrica, menores do que os dos produtos de referência e dos produtos genéricos recentemente adotados no Brasil e lançados no mercado. Eu gostaria de aproveitar... Eu acho que expliquei este assunto, já tinha sido explicado pelos colegas que nos antecederam aqui... Eu gostaria de entrar agora no problema da matéria-prima... Nós, o Governo, atualmente, está muito preocupado com a qualidade do medicamento, do produto farmacêutico terminado que é comercializado na farmácia ou no hospital. Mas é preciso que o Governo se preocupe bastante com a qualidade da matéria-prima que está sendo importada. Infelizmente, com a abertura feita em 1990, das importações, e com a falta de um cadastramento dos fabricantes de matérias-primas mundiais, estão entrando produtos de péssima qualidade, oriundos da Ásia, da Índia, de alguns países do Terceiro Mundo que não são, não podem entrar em nenhum, em nenhum outro país do mundo. E estes produtos estão sendo usados no Brasil, pela indústria farmacêutica. Eu gostaria apenas de fazer uma comparação. Nós estamos preocupados hoje com a comercialização e a distribuição da gasolina numa bomba, num posto qualquer e estamos nos esquecendo lá da frente, da origem do petróleo. Eu cito para os senhores o caso acontecido num órgão do Governo, há alguns anos atrás, numa administração passada, que, numa licitação pública, comprou... para comprar eritromicina, um antibiótico muito usado pela indústria farmacêutica, e nessa licitação ganhou uma empresa representando uma empresa indiana. Como era licitação de menor preço, este laboratório oficial, que eu vou revelar o nome depois, comprou e pagou adiantado 3.500 quilos de eritromicina. Esse produto chegou ao Brasil, foi reprovado por esse laboratório, o laboratório não conseguiu

receber o dinheiro de volta. O fabricante não retirou o produto, não trocou. A nova administração desse órgão entrou com uma ação na Justiça. Houve um acordo na Justiça para que a empresa retirasse o produto. A empresa retirou o produto, mas não colocou outro, nem pagou. Não indenizou o laboratório Iquego. Este mesmo Presidente que moveu esta ação, está movendo... processando outra vez essa empresa para poder se ressarcir. Agora, a grande preocupação nossa como cidadão, como usuário de medicamentos é aonde está essa matéria-prima? Aliás, nós gostaríamos que a CPI solicitasse ao Ministério da Saúde, que mandasse ver onde está esta matéria-prima, porque ela, por ser reprovada, ela teria que ser devolvida ao destino, à origem, Índia, ou ser destruída. E é bem provável que ela tenha sido comercializada a outros laboratórios ou a outros órgãos governamentais. É uma denúncia, mas ela precisa ser feita, é grave, porque está em jogo a saúde da população brasileira. Infelizmente, a partir de 1990, o Brasil possuía mil empresas produtoras de matérias-primas, e com o desestímulo e as dificuldades, praticamente mais de 90% dessas empresas encerraram suas atividades. A empresa que eu represento, que nós representamos, a CIBRAN, ela era produtora de vários antibióticos no Brasil, produção verticalizada. Ela partia do microorganismo da bactéria e produzia um antibiótico para abastecimento do mercado nacional e exportação. Ela é uma fábrica pelo FDA, que exporta a eritromicina para todo mundo, inclusive para os Estados Unidos. E ela infelizmente é obrigada a competir no mercado nacional com empresas indianas desqualificadas, com empresas chinesas desqualificadas, com empresas da Malásia desqualificadas, que nem o Ministério da Saúde do Brasil sabe quem são essas empresas, como elas produzem e que produto é esse que entra aqui. Não há uma vigilância a respeito da matéria-prima que entra no Brasil. É preciso que haja uma política, um controle rigoroso do que entra no Brasil, porque, como eu disse anteriormente, estão entrando produtos de péssima qualidade e que estão sendo usados nos medicamentos fabricados no Brasil. A CIBRAN, ela fabricava vários antibióticos e atualmente só fabrica um, porque ela não pode competir em preço com estes produtores desqualificados. Qualidade tem preço, e a saúde é importante. A qualidade é importante no tratamento de uma doença para que o paciente fique são. Não existe uma política industrial de proteção ao produtor nacional e é preciso que seja estabelecida uma política, uma política de estímulo e de proteção ao produtor nacional. A Lei de Genéricos permite que os laboratórios

qualifiquem três produtores de suas matérias-primas. Como o Brasil não produz matérias-primas, nós estaremos qualificando três empresas internacionais e estaremos criando pra estas empresas um mercado cativo de matérias-primas. Esse é um tema que a gente tem que pensar. O Brasil exporta emprego, o Brasil cria mercados cativos para outras empresas de outros países. Nós não criamos barreiras não-alfandegárias como os Estados Unidos cria, como a Argentina cria com o Brasil, como a Europa toda cria com produtos brasileiros ou de outros países. Isso é o comércio, é a sobrevivência, é a absorção de tecnologia. Se uma empresa traz uma tecnologia para o Brasil para fabricar qualquer coisa, é a absorção de uma tecnologia que está incorporada ao patrimônio do País. São empregos, são riquezas. Infelizmente, eu, como brasileiro que trabalha há mais de quarenta anos na indústria e que acompanho estes problemas dia-a-dia, eu tenho o dever de dizer e pedir aos senhores que pensem nesse problema. A Lei de Patentes também prejudicou muito a indústria nacional e continuará prejudicando, porque a Lei de Patentes e a Lei de Genéricos, a recente Lei de Genéricos, vai fazer com que a indústria tenha genéricos de produtos de vinte, trinta anos. Então, nós vamos ter uma linha de genéricos antiga, de produtos antigos, porque os produtos mais recentes não poderão ainda entrar na linha de genéricos. E estes produtos mais antigos que estão protegidos pela Lei de Patentes serão substituídos por outros mais novos e que não estarão à altura da renda do povo brasileiro nem dos recursos do Sistema Único de Saúde, para que eles possam ser utilizados no Brasil. Era o que eu gostaria de informar aos senhores e, evidentemente, eu estarei depois à disposição para responder às perguntas que a mim forem dirigidas. Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero ter explicado o assunto da Prefeitura do Rio de Janeiro. Eu estou trazendo os documentos, então, para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, estou pronto pra recebê-los.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, enquanto o senhor aguarda aí a entrega dos documentos, vou fazer uma pergunta aqui que me parece oportuna. Aqui ele está... O Dr. Wilson está sendo identificado como Presidente da ABRADILAN, que é a Associação Brasileira de Distribuidores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não. Sim, não. É o Dr. Gilberto Pereira quem tava falando, tá?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ah, Gilberto? Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou dar a palavra ao Dr. ... Tá resolvido essa...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Tá, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem falou foi o Dr. Gilberto. Eu vou conceder a palavra, também pelo espaço máximo de vinte minutos, ao Dr. Wilson Roberto Gonçalves, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Laboratórios Nacionais. Tem V.Exa. a palavra. *(Pausa.)*

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Alô. Bom-dia, senhores, bom-dia, senhoras. Eu represento a ABRADILAN. Quero dizer aos senhores que a ABRADILAN foi fundada em 18/8/98. Nós somos em 2.400 pessoas, 1.200 representantes comerciais. Nós visitamos semanalmente todas as pequenas e micros farmácias e drogarias deste nosso grande Brasil. Nós atingimos aproximadamente 25 mil farmácias. E o perfil dos nossos clientes são, como eu disse, o micro e o pequeno varejista de medicamentos e drogas. A ABRADILAN nasceu com o propósito de moralizarmos o nosso setor atacadista de distribuição dos medicamentos, principalmente da indústria nacional. Nós só compramos de empresas idôneas e só faz parte da nossa associação empresas idôneas. A ABRADILAN nasceu com o propósito de levarmos aos micros e pequenos empreendedores, proprietários de distribuidoras, informações que nós sozinho não poderíamos obtê-las, como registro dos medicamentos junto ao Ministério da Saúde; como prazo de validade dos medicamentos junto ao Ministério da Saúde; indústrias que têm o prazo de seus registros de validade vencidos e, se nós não tivéssemos alguém que nos orientasse, nós poderíamos estar incorrendo em estarmos trabalhando de uma forma errada, de uma forma não correta. Nós queremos é criar um elo saudável para a prestação de serviço na área social — já levamos isso ao Dr. Vecina. Nós queremos participar de campanhas educativas na área de saúde, como vacinações, como a vacinação da febre amarela, como o Dia do Diabético, o Dia do Hipertenso. Nós queremos participar de distribuição de preservativos, de informações pra o povo brasileiro, principalmente, volto a dizer, os que estão longe, os que estão no Nordeste, os que estão no sertão, os que estão no Mato Grosso. Eu digo aos senhores que nós entregamos mercadorias muitas vezes de barco, porque não temos como chegar ao ponto de venda. Nós entregamos mercadorias de avião, porque não tem estrada pra se levar o medicamento. E nós, pequenos distribuidores, é quem fazemos este trabalho, é

quem vamos levar o medicamento lá naquele cliente que compra muito pouco, que viável... que não é viável, de forma alguma, ao grande distribuidor, ao grande atacadista. Nós queremos criar cooperativas de compras. Nós queremos nos unir. Já que somos muito pequenos, não temos volume de compra, se nós nos unirmos, nós podemos comprar melhor da indústria, nós podemos levar esse ganho para os nossos clientes, já que o pequeno varejista está sendo massacrado, o pequeno varejista está fechando as portas. Aonde abre uma farmácia de rede fecham-se dez micro farmácias e vai todo mundo pra rua, todo mundo perde o emprego. Nós queremos levar aos nossos clientes produtos de primeira necessidade, produtos de uso contínuo a preços acessíveis. Nós não tivemos nenhum caso de produtos falsificados da indústria nacional. Nós não tivemos nenhum associado nosso envolvido em qualquer processo que seja, no tocante a problemas de roubo de mercadorias, à falsificação de mercadorias. Isso é muito importante eu salientar aos senhores. Nós idealizamos a ABRADILAN como a única forma de nos mantermos vivos nesse mercado globalizado, nesse mercado gigante. Nós precisamos nos unir como vocês que, quando se unem aqui, são muito bons, são muito bons. Nós queremos unir o pequeno distribuidor brasileiro, porque a multinacional da distribuição vai vir pra o Brasil, já está chegando ao Brasil. Nós atuamos em uma economia de escala e nós não temos essa escala. Somente nos associando é que poderemos consegui-la. Nós dizemos na ABRADILAN que nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos e nós precisamos nos unir. Nós somos 51 distribuidores de pequeno porte, estamos presentes em todos os Estados da União. Nós distribuimos esses produtos exclusivamente da indústria nacional como medicamentos similares, genéricos, fitoterápicos, produtos OTCs, como vitamínicos, antiácidos e produtos oficinais, porque quando se diz que a distribuidora distribui medicamentos, nós esquecemos de dizer que nós distribuimos um vidrinho de mercúrio. Nós distribuimos um vidrinho de água boricada, de água oxigenada que não tem valor agregado nenhum, que não interessa pra grande distribuidora fazer esse transporte. Uma caixa de soro fisiológico custa muito pouco e pesa muito. Isso não interessa aos grandes distribuidores. Somos nós que levamos esses produtos nos pontos mais longínquos do País — gostaria de salientar isso. Nós vendemos produtos de primeiros socorros como esparadrapos, compressas de gases, algodão, seringas, termômetros, acessórios como bolsas de colostomia, bolsa pra água quente, preservativos, inaladores. Esse é o nosso trabalho. A indústria

farmacêutica é também a que produz mercúrio, é também a que produz soro fisiológico, que fatura muito pouco. E nós temos que nos abraçar a esse segmento, que é o que nos deixam. Eu gostaria de destacar aos senhores que sem os pequenos distribuidores, como a ABRADILAN, esse mercado estaria desabastecido, já que, como disse, os grandes não têm interesse em distribuir esses produtos, pois eles possuem um baixo valor de venda e um grande valor de volume, são produtos pesados. Nós podemos retirar de circulação qualquer medicamento em menos de 24 horas, em qualquer ponto do País. Isso é muito importante, é só nos comunicar, pois nós estamos em todos os locais. Nós queremos parabenizar a indústria farmacêutica nacional. Eu não sei se isso foi dito aqui. Há vinte anos, eu confesso aos senhores, eu não daria pra o meu filho um produto fabricado pela indústria nacional brasileira, com certeza. Houve uma transformação na indústria brasileira, nós devemos salientar isso. A indústria brasileira produz produtos de altíssima qualidade. Nós temos parques industriais maravilhosos, que nós temos que salientar isso. Indústrias que colecionam ISOs; indústrias que produzem com qualidade; indústrias que produzem com amor; empresários brasileiros que deixam aqui o fruto do seu trabalho. Eu parabenizo a indústria nacional brasileira. Eu parabenizo esses grandes empreendedores que em uma nova geração construíram uma outra indústria nacional. E o que é mais importante, eu digo a vocês: produzem com qualidade e produzem barato, e produzem barato. É por isso que estão apanhando, porque estão levando produtos com qualidade e com a metade do preço e dando condições para que os seus distribuidores, para que toda a cadeia distributiva ganhe. É muito importante que eu diga isso a vocês. Parabéns, parabéns à indústria nacional, que está reduzindo consideravelmente o preço dos produtos, principalmente produtos de uso contínuo, produtos de primeira necessidade, como o cardiotônicos, como antibióticos. Isso é muito importante que seja dito a vocês. Nós precisamos, senhores, salvar ... Eu peço a vocês que salvem, que nos ajudem a salvar o pequeno, o microdistribuidor, o pequeno e o microfarmacêutico, pois é na farmácia que está a defesa, a porta de entrada de defesa da saúde do povo brasileiro. Eu não falo no centro de São Paulo, eu falo no meio da favela de São Paulo, eu falo nos rincões do Brasil, porque no coração da Paulista tem cinqüenta farmácias. Aqui em Brasília fiquei abismado: tem uma rua que tem um ... o que tem de farmácia é uma coisa absurda. Agora, eu quero ver lá no Norte, eu quero ver no Pantanal, eu quero ver no meio da Favela do

Jardim Elba, perto de onde eu moro. E esse pequeno, micro, e esse pequeno empresário tem que ser protegido, porque a grande rede abre uma farmácia somente no coração, somente onde está a veia do dinheiro, somente onde está o fluxo de gente, e ninguém quer ir pra trás do balcão pra atender o operário, pra atender o desempregado que não tem dinheiro. Eu peço pra vocês também: por favor, nos ajudem a levar o médico pra frente da farmácia, como fazendo uma residência, atendendo o povo, na pequena farmácia. Por que que o médico não pode fazer uma residência numa farmácia? Eu pergunto pra vocês. Por que que um farmacêutico, quando sai da faculdade, não pode fazer um... Qual é o nome que nós usamos mesmo? É, não uma residência, uma experiência numa pequena farmácia, ao invés dele, ao invés dele querer ir só pra a indústria, dele quer ir só pra os laboratórios de análise. Por que que não vão pra farmácia? Por que que não vão ajudar esse povo? Nós precisamos pensar isso, nós precisamos repensar esse processo. Eu quero dizer aos senhores que os medicamentos genéricos têm encontrado o apoio da indústria nacional, o apoio dos distribuidores, dos laboratórios nacionais. Nós defendemos os genéricos, nós defendemos a indústria nacional. Eu quero agradecer aos senhores esse momento, quero pedir desculpa por qualquer deslize, por qualquer falha, quero solicitar o apoio de vocês para que ajudem o pequeno empresário nacional, para que ajudem o pequeno farmacista, para que ajudem o pequeno distribuidor. Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Bittencourt) - Encerrado o depoimento dos convidados, seguindo procedimento que tem sido adotado nas audiências anteriores, eu concedo a palavra ao Deputado Iris Simões, que vai fazer aqui as perguntas relativas encaminhadas pelo Relator.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Wilson Roberto Gonçalves, Presidente da ABRADILAN, e Dr. Gilberto Pereira, Presidente da MEDITA. Eu gostaria, Sr. Presidente ... A questão da MEDITA eu deixarei para os nobres colegas que estão por dentro do assunto, já que é um requerimento, Sr. Presidente, e o assunto já foi detalhado em outra reunião com o Secretário de Saúde do Rio de Janeiro. Eu tenho certeza que os Srs. Deputados têm maiores detalhes a perguntar ao Dr. Gilberto Pereira. Mas eu queria, Sr. Presidente, fazer alguns questionamentos ao Dr. Wilson, que é Presidente da ABRADILAN. A ABRADILAN, que é a associação das pequenas distribuidoras do Brasil; são 51 distribuidoras.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor é dono de alguma distribuidora?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Qual o nome da distribuidora que o senhor é dono?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Prestofarma.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Situada aonde?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - São Paulo, Capital.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor conhece o BO?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Desconheço.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Há quantos anos o senhor está no mercado?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu estou no mercado há 23 anos.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Há 23 anos. E o senhor não conhece o BO?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu desconheço essa terminologia BO.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Bonificado?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Existem formas de comercialização de descontos, sim; bonificados, não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não existe?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Formas de comercialização em desconto, sim.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - No meio... No meio... No meio em que o senhor trabalha, distribuição... O senhor trabalha num meio também da indústria nacional, que o senhor compra da indústria nacional. Então, quer dizer, o senhor vive nesse meio; e também no final, que é a farmácia. O senhor nunca ouviu falar do BO?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Este termo eu desconheço.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor está há 23 anos no ramo. Disse que há vinte anos atrás o senhor não daria e não compraria um medicamento da indústria nacional.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Nesses três primeiros anos, o que que o senhor fez pra combater esta, esta, entre aspas, esta "falta de qualidade e de idoneidade" do produto nacional?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nesses três anos?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - É. O senhor tem 23 anos e, há vinte anos atrás, o senhor não compraria e não tomaria...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Quando eu disse vinte anos, foi um número, posso dizer, genérico. Eu quis dizer aos senhores que a indústria nacional evoluiu, e evoluiu muito. Agora, se o senhor quiser indagar-me no tocante há três anos ou a dois anos, eu não posso responder ao senhor.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu quis me referir — se são vinte anos, vinte anos atrás — àqueles três anos primeiros, até chegar a esta data em que a indústria começou a se revigorar. Mas, quer dizer...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Foi nessa época...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Nesse tempo todo... Nesse tempo todo...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Deixe-me dizer ao senhor, então.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor me permite?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Pois não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Nesse tempo todo o senhor continuou vendendo na sua distribuidora o produto nacional. O senhor vendeu produto nacional sem qualidade?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nessa época a que o senhor está se referindo, eu era representante de laboratório, eu não tinha distribuidora.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - De um laboratório nacional?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu era representante da Rhodia.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E nesse... Nesse... Quantos anos o senhor tem a distribuidora?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - A distribuidora eu tenho desde 84.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E de 84 pra cá o senhor vendeu produto de qualidade duvidosa da indústria nacional?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - De forma alguma.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E quando que a indústria começou a fabricar medicamentos de qualidade, a indústria nacional?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Olha, desde há bastante tempo.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Esse bastante tempo por quê?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não posso precisar ao senhor.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas o senhor já estava no mercado quando os produtos, segundo a sua... o seu conhecimento, os produtos não eram de boa qualidade.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu não disse que os produtos não eram de boa qualidade.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não, o senhor não tomaria produto e nem um filho seu.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu disse que... Eu disse que não daria aos meus filhos. Isso não quer dizer que eu esteja falando que os produtos não são de qualidades. É de meu direito não querer dar um produto pro meu filho.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas o senhor não dá um produto pro seu filho, o senhor conhecendo e estando no mercado, pra nós fica claro que o produto seria de má qualidade.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Fica claro, mas eu não disse isso ao senhor. Eu disse que, há vinte anos atrás, eu não daria um medicamento produzido pela indústria nacional ao meu filho. Eu não disse em nenhum momento aos senhores que os produtos eram de má qualidade ou de péssima qualidade e que não prestavam. Por favor, não me diga isso. Eu não disse ao senhor isso.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor não disse a mim; o senhor disse no seu depoimento que, há vinte anos atrás...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu disse que não daria aos meus filhos.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Na hora em que eu lhe perguntar, o senhor vai me responder. Mas o senhor deixou bem claro; está aqui nas notas

taquigráficas que, há vinte anos atrás, o senhor não compraria e não daria um medicamento da indústria nacional a um filho seu. Isso ficou bem claro. Aí é que eu lhe pergunto, exatamente em cima disso, se o senhor não toma... O senhor não quer dizer, é claro que o senhor não quer se inviabilizar com a indústria nacional. Mas o senhor quer dizer que, até então, não se fabricava medicamento de qualidade; e isto é medicamento que não tinha efeito nenhum.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não disse isso, pelo amor de Deus.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Os Srs. Deputados, na seqüência, vão questionar e tenho certeza que vão voltar ao assunto. O senhor, então, não conhece o produto bonificado, o BO e nem o bonificado. Ah!, o desconto, como é que funciona, Dr. Wilson?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - O desconto da... O senhor pergunta da indústria pra farmácia?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Da distribuidora.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Da indústria pra o distribuidor?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Exatamente. Como é que funciona isso? É um por um, ou dois por um, ou três por um.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - O desconto da indústria para o distribuidor ele tem uma variável de 20 a 30% de desconto. Ou seja, a indústria nos repassa de 20 a 30% de desconto.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Nós temos conhecimento de que algumas vezes esse desconto é dado na nota. É verdade?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Como assim, o senhor diz algumas vezes? O desconto...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Como é que funciona?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - O desconto sempre é dado na nota.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - É sempre dado na nota?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - É sempre dado na nota.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Nós recebemos denúncias de que algumas vezes na nota, mas, na maioria das vezes, o desconto não vai na nota, vai na transportadora, na mercadoria.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Quer dizer, a nota vai cem caixas e o caminhão transporta duzentas, trezentas.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não senhor.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não existe sonegação nas distribuidoras em que o senhor comanda a associação?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor nunca praticou esse tipo de desconto?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nunca pratiquei esse desconto.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não é prática do mercado?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não é prática do mercado.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Bom, Sr. Presidente, eu há dias venho, desde o começo dos trabalhos deste ano, que eu venho colocando essa questão de que nós estamos caçando, claro, o cartel das grandes indústrias. Mas hoje nós recebemos aqui, o Sr. Presidente nos encaminhou relatórios da Polícia Federal e que, na seqüência, todos nós vamos tomar conhecimento mais aprofundado. Mas fica claro de que nós temos que atacar, claro, o cartel dos vinte e um grandes laboratórios, mas cada vez mais claro e evidente de que alguma coisa corre por baixo e com um grande montante de quantidade vendidas e também de valor no mercado farmacêutico no País. E a questão da sonegação por parte dos pequenos, sem querer massacrar ninguém, principalmente das distribuidoras e dos pequenos laboratório, laboratórios, é uma coisa que a CPI, a cada dia mais, evidencia que existe no País um mercado clandestino quanto à sonegação e também à fabricação e comercialização de medicamentos. Muito obrigado, Sr. Presidente, eu volto a palavra ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Tem a palavra o autor. Um dos autores dessa convocação sou eu, mas o outro...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas eu não vou perguntar. O autor da convocação do Presidente da *(ininteligível)* é o nobre Deputado Vicente Caropreso. Como nós temos de hábito, nós vamos conceder a palavra, preferencialmente, para o autor do requerimento. Tem V.Exa. a palavra.

(Não identificado) - Com muita justiça.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que vêm hoje prestar seus depoimentos a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Sr. Wilson, Sr. Wilson Gonçalves é Presidente da ABRADILAN?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Na realidade, Sr. Wilson, o senhor foi convocado em razão de uma... até de uma sugestão do Presidente das distribuidoras, das outras distribuidoras que distribuem todo o tipo de medicamentos, e ele disse que haveria uma outra associação de distribuidores especializada em... de laboratórios nacionais, no caso, a sua associação. São 51 distribuidoras.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - E por que que existe essa associação de distribuidores dos laboratórios nacionais? Por quê? Qual é a diferença que tem com os laboratórios multinacionais?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - A diferença é muito simples. Nós, pequenos distribuidores, não temos como distribuir os produtos das multinacionais. Eles exigem com que compremos muito, que tenhamos um capital muito de... um capital de giro muito alto, eles exigem garantias para nos vender que nós não temos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Que tipos de garantias?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu... Seriam garantias a nível de crédito, seriam garantias a nível de crédito, porque os volumes que são movimentados pela indústria multinacional são muito grandes e nós, como somos pequenos, nós não temos capacidade pra isso. Então, o que, o que nos restou como alternativa? Distribuímos produtos da indústria nacional, né, já que os distribuidores grandes não distribuem esses produtos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Qual é a margem de lucro das empresas associadas à ABRADILAN?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - A margem de lucro é de 20 a 30%. O laboratório nos repassa 20 a 30% pra que possamos distribuir os produtos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Mas de lucro operacional da empresa é de quanto?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Da empresa? Olha, acredito que estejamos trabalhando com 2, 3%.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Quanto, em termos de faturamento, o senhor aumentou da sua empresa do ano de 97 ao ano de 99?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Noventa e...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Seus balanços. O seu faturamento bruto em 97 foi quanto?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - O senhor diz da minha empresa?

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Da sua empresa.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Foi de aproximadamente 8 milhões.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Oito milhões de reais?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - E em 99?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Em... eu digo isso em, em 99.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - E em 97?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não sei precisar ao senhor.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Foi colocado também que os distribuidores dos laboratórios nacionais praticavam o esquema da bonificação. Até nos causou estranheza, parece que o senhor não vê televisão, que o senhor não lê jornal, ao senhor dizer aqui que o senhor nunca ouviu a palavra BO. O que que, o que o senhor tem a falar sobre isso, o esquema da bonificação?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Veja bem, eu disse a vocês — e torno a reiterar — que nós trabalhamos com desconto. Nós trabalhamos com descontos comerciais. Não existe esta bonificação que vocês falam. A bonificação é um desconto comercial destacado em nota fiscal. Se existe um crime, o crime é esse. O senhor entendeu? Nós vendemos com nota fiscal e destacamos o preço do produto.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor conhece as distribuidoras Lupelfarma e Balsifar?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não conheço.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Elas não fazem parte da sua associação?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não senhor.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Não fazem?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Essas duas empresas foram citadas por um cidadão que está sendo processado em Curitiba por receptação de roubo de medicamentos e que no seu depoimento, na diligência que essa CPI fez em Curitiba, ele explanou com uma certa, até com certos detalhes de como funcionava o esquema de bonificação. Se vinham, se na nota constavam doze vidros de xarope, ele disse que vinham vinte e quatro e trinta e seis dependendo da distribuidora. O que o senhor tem a falar sobre isso?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Posso garantir ao senhor que os associados da ABRADILAN isso não existe e desconheço.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, acho que... O senhor falou alguma coisa que me surpreendeu. Na hora que o senhor colocou que uma, quando chega uma farmácia de rede em determinada cidade, as outras quebram. O senhor falou até em dez farmácias quebram e todo mundo vai pra rua. Por quê?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Porque o pequeno farmacêutico não tem como enfrentar o grande distribuidor, o grande, a grande drogaria, o grande varejo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Só por isso?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Só por isso. Só por isso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor faz seguro das suas cargas?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - As trans... O senhor, aliás, o senhor me deu uma grande oportunidade. Pelo amor de Deus, nós, eu, eu particularmente que estou em São Paulo, eu não agüento mais ser roubado. Pro senhor ter uma idéia...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor é vítima de muito roubo?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Pro senhor ter uma idéia, em quarenta e cinco dias nós fomos roubados seis vezes, seis vezes.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Qual é o valor da carga normal que o senhor leva?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Em torno de 8 mil reais, 6 mil reais. É um absurdo, nós não agüentamos mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tava no seguro ou não?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não. A seguradora não, não, não faz seguro. As seguradoras não fazem seguro. O senhor me deu uma grande oportunidade. Nós não agüentamos mais.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - As suas notas fiscais, elas constam os lotes desses medicamentos?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim, senhor, e inclusive é norma de todos os associados da ABRADILAN constar o número do lote na nota fiscal.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Alguma carga foi devolvida ou foi achada?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nenhuma, nenhuma.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Nenhuma carga foi recuperada?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nenhuma, nenhuma.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Todas essas, esse, essas ocorrências policiais foram notificadas, foi dado...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Foram feitos boletins de ocorrência, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Todos com boletins de ocorrência?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Onde ocorreram esses crimes?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Em São Paulo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Na cidade de São Paulo?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Na cidade de São Paulo. Zona leste, zona sul.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor não tem nenhum tipo de comunicação da sua central com suas unidades móveis que fazem a entrega?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nós não temos não.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Nenhum tipo de segurança?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Alguma... algum funcionário seu já foi preso, envolvido com esses roubos?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor comentou alguma coisa que alguns outros companheiros aqui dessa Comissão Parlamentar de Inquérito anotaram, que o senhor sugeriu que algum médico ou médicos pudessem ter uma residência junto com a farmácia. Isso não é permitido pelo Código de Ética Médica, o médico ter farmácia. Ele não pode lucrar em cima de um medicamento que ele prescreve. Isso é contra o Código de Ética e não pode haver esse tipo de situação.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, eu disse.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Só pro o senhor situar, é uma coisa intolerável a gente ouvir uma colocação como a sua.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, olha, eu não disse que ele seria o proprietário da farmácia. Eu disse que ele poderia fazer uma residência em uma farmácia.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Residência?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Exato.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Residência médica, especialização? Isso não dá para entender isso aí. Bom, Sr. Wilson, nós estamos seriamente preocupados com as denúncias, que não foi apenas de uma pessoa que está respondendo processo de receptação de roubo, de carga, na qual ele descreveu como acontece essa bonificação. Essa Comissão Parlamentar de Inquérito insiste em que esses cidadãos que praticam esse esquema de bonificação, né, que eles estão completamente fora da lei, e nós iremos procurar de todas as maneiras esse crime de lesa-pátria, já que se constata uma sonegação fiscal evidente.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - E, pior do que isso, se induz... se induz a pessoa na ponta, na farmácia, a colocar remédios que muitas vezes não são nem prescritos pelos médicos, inclusive burlando a receita médica. Então, a razão da vinda do senhor aqui, basicamente, foi essa de detectar essa prática nociva, tanto ao consumidor quanto ao Erário público.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Seria isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Tem a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu queria perguntar ao Sr. Gilberto como que é possível ele participar de uma concorrência com o próprio laboratório que fornece e sendo ele um distribuidor, ele acaba ganhando essa concorrência, ganhar do próprio fornecedor dele uma concorrência, fornecendo descontos, como por exemplo Captopril, de 95%; Ampicilina, 85%; Norfloxacin, desconto de 90%; Eritromicina, desconto de 83%? Como é possível? Explica isso pra nós.

O SR. GILBERTO PEREIRA - O preço de venda a ser cotado no órgão é fixado pelo fabricante, no caso, a empresa CIBRAN. E sobre este preço ele dá, ele repassa um desconto de 9.1 à empresa MEDITA. Agora, esse... Ele é que fixa o preço e o senhor, pelo mapa da licitação que eu trouxe e acabei de entregar à Comissão Parlamentar de Inquérito, o senhor verá que existem vários... várias empresas que cotam o mesmo preço, às vezes diferença de centavos ou décimos de centavos. Quer dizer, não é uma empresa que cota o preço baixo. Eu posso garantir ao senhor que a CIBRAN ofereceu este preço, outras empresas também e ganharam dinheiro. É porque, já foi explicado, existem despesas comerciais que não vão impactar o custo de venda do produto. No caso da venda à licitação pública de um órgão que paga muito bem, como a Prefeitura do Rio de Janeiro, é considerado apenas o custo daquela unidade produzida, não existe mais nenhum custo de comercialização, de distribuição ou de propaganda, publicidade. Enfim, é o custo da unidade fabricada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor disse que a Prefeitura paga bem, por isso que o senhor pode vender o produto com mais de 90% de desconto. Agora, se pode vender para a Prefeitura, o senhor não poderia

vender para uma rede de farmácia que pague bem a um preço menor do que é vendido?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não... E nós vendemos. A companhia, eu acabei de dizer que a nossa companhia ela tem a lista de seus produtos com descontos de trinta... diferenças de preço... Vamos identificar, com diferenças de preços. Aliás, com as que eu coloquei na, no documento ali, diferenças de preço de 30 a 40%. Quer dizer, o preço de venda à farmácia, de lista, comparado com o preço de venda do produto líder de mercado ou de produto de referência, como o Ministério da Saúde chama, e diferenças bastante acentuadas para os produtos genéricos que estão sendo lançados agora. Quer dizer, a companhia oferece também à farmácia, ao consumidor produtos idênticos aos que estão no mercado, produtos de qualidade, com preços bastante mais baixos. E nós, ao visitarmos um médico, nós fazemos questão de mostrar a ele as diferenças de preço em que ele proporciona ao paciente, principalmente o paciente que toma medicação de uso contínuo, entre o preço do nosso produto e o preço do produto que ele está acostumado a prescrever, que é o produto de referência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É, o senhor tentou explicar, mas está meio confuso. Mas o senhor disse no seu depoimento que o objetivo principal é fazer com que o médico do serviço público aprenda a prescrever aquele medicamento e depois faça a prescrição pro seus consumidores.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim. Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual, qual é a lógica disso tudo?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não. Eu tenho uma linha de produtos, porque o produto, quando é comercializado a nível de licitação pública, ele é comercializado pela substância, embora, às vezes, até o produto tenha marca. Esses produtos, a maioria deles, nós não fazemos propaganda, a médica. Temos o produto, temos a marca que é levada ao consultório médico. Então, se houve... Uma hipótese, uma hipótese, o senhor falou captopril. Eu tenho... O meu principal produto de venda, de receituário, é o produto captopril, cujo nome é Hipocatril. Então, eu vendo ao Governo porque eu não tenho mais nenhuma despesa sobre aquele produto com a força de venda. Força de venda não ganha prêmio, não ganha comissão, eu não pago nada a ninguém sobre aquela venda. E eu levo ao médico a amostra onde eu faço propaganda, eu lebro ao médico a marca

Hipocatril. E o médico que nunca usou Hipocatril no consultório, se ele usar no hospital, ele vai passar a usar no consultório.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse é o pulo-do-gato.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não é o pulo-do-gato. O pulo-do-gato é porque a companhia compra matérias-primas a preços mais baixos. A própria CPI já, já constatou diferenças de preços de importação de matéria-prima. Uma matéria-prima que uma empresa importa por cem ela é importada por 3 mil dólares.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor acabou de falar no seu depoimento que a importação de princípios ativos mais baratos da China, da Índia, da Malásia acabam tendo problemas de qualidade.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quais são esses tipos de problema de qualidade?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, mas existem, existem fabricantes qualificados no mundo inteiro, inclusive com certificação do FDA ou do Mercado Comum Europeu e que vendem produtos (*ininteligível*), que vendem matérias-primas com qualidade e a preços baixos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quais foram os casos que o senhor citou de problemas de importação de produtos, que o senhor disse que nenhum outro lugar do mundo importa princípio ativo e que aqui no Brasil nós importamos e que são produtos de péssima qualidade. Quais são esses casos?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, eu citei um caso. Agora, a imprensa... Eu tenho uma publicação que eu vi da Organização Mundial de Saúde, que era uma notícia da Organização Mundial de Saúde, saiu no jornal **O Globo**, em que eu citei um caso. Agora, a imprensa... Eu tenho uma publicação que eu vi da Organização Mundial de Saúde, que é uma notícia da Organização Mundial de Saúde. Saiu no jornal **O Globo**, em que a Organização Mundial de Saúde denunciava que os produtores de matérias-primas de baixa qualidade estavam exportando para os países em desenvolvimento, como o Brasil. Citava o Brasil. Saiu no **Globo**. Essa notícia foi muito comentada, inclusive no mercado farmacêutico, na televisão, na imprensa. Então, existem... existem fabricantes conceituados, qualificados, que vendem matérias-primas a preços baratos. E a CIBRAN importa desses fabricantes e vende a esses preços. Não só a CIBRAN, como a maioria dos laboratórios nacionais, vende a esse preço aos órgãos do Governo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria perguntar ao Presidente da ABRADILAN quais são os maiores... os dez maiores distribuidores da sua associação.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Pois não. Eu não teria esse... essa informação pra te passar. No momento, não...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor pode informar se existem distribuidoras (*ininteligível*)?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Olha, eu vou pedir... eu vou pedir... Há uma norma regimental aqui: os Deputados são obrigados a se tratar por Excelências. Eu vou pedir aos depoentes que tratem os Deputados por senhoria. Essa intimidade "tu", "você" e tal... Eu pediria que nós ficássemos no senhoria e tal, pra ficar... tá? Obrigado.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu disse "senhor".

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu vou reformular a pergunta ao Sr. Presidente da ABRADILAN: o senhor tem conhecimento de laboratórios que possuem distribuidoras próprias ou que trabalham com exclusividade para determinados laboratórios?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não existe? Não existe laboratório que tenha distribuidora própria ou distribuidora que trabalhe exclusivamente para um determinado laboratório?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu... eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor disse, respondendo ao Relator, Deputado Iris Simões, que o senhor não conhece BO nem bonificado, mas, no meio farmacêutico, de uma forma geral, existe essa expressão de BOs e bonificados, não existe?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu desconheço, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Há quanto tempo o senhor tá no setor?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Como eu disse, há 23 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho estranho o senhor estar há tanto tempo no setor e dizer que nunca ouviu falar de BOs e de bonificados. Realmente é uma situação que... O senhor pode até dizer que não pratica e que não comercializa, mas no mercado todos nós sabemos que existe.

Quer dizer, ficou claro e notório. Nós estivemos inclusive com o Presidente da ABRAFARMA e que ele falou claramente que existem esses BOs. Por que o senhor tem essa preocupação em... não querer... em não querer admitir nem conhecer?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não seria uma preocupação. É que nós não trabalhamos com essa prática. Eu vim aqui para dizer aos senhores como a ABRADILAN trabalha, tá? Nós não... Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual o nome da sua distribuidora?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Prestofarma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a situação financeira da sua distribuidora?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Olha, posso dizer ao senhor que não é nada boa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por quê?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Porque são... Tá difícil pra sobreviver no mercado. Os impostos muito altos, enfim, todos os processos. Como eu disse ao senhor, roubos constantes, sabe — aos senhores ou a V.Sa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esses medicamentos que são roubados em grande quantidade, como V.Sa. tá falando, qual será o destino final? Porque, se ela não volta, acaba sendo comercializado. Na sua opinião, qual o tipo de comercialização que existe com esses produtos roubados?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Olha, alguém compra esses produtos. Com certeza, alguém compra esses produtos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor, por estar envolvido nessa atividade, o senhor deve ter mais noção de quem seja esse alguém do que nós. Quem é esse alguém, na sua opinião?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não sei, Deputado. Realmente não sei. Não sei mesmo. Se soubesse, teria denunciado e pra tentar reaver minhas mercadorias que são levadas, né?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria requerer a V.Exa. que solicitasse ao Presidente da ABRADILAN que informasse a esta Comissão quais são os dez maiores distribuidores da sua associação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deferido. Peço ao Sr. Presidente que nos encaminhe a lista, ou nos entregue hoje, como pede o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E, como última pergunta ao Presidente da ABRADILAN: qual o maior distribuidor associado da ABRADILAN?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - No momento eu desconheço. Eu vou enviar também aos senhores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria de registrar o retorno do nosso Relator...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...que, entendeu, certamente, deve nos trazer grandes novidades de como andam os preços dos medicamentos por lá, e outras coisas, né, Costa Rica e outros. Aliás, o da Costa Rica que vem um superfaturamento fantástico, né? Enviamos o Relator lá. Vai ficar nos devendo essa informação, entendeu? *(Risos.)* O senhor pediu para...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, eu gostaria de dizer ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Caropreso é contigo.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - ...senhor ou a S.Exa., V.Exa., que eu disse residência médica, não é isso? Eu enganei-me; seria o estágio. Tá o.k.?

(Intervenção inaudível.)

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Pior ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Risos.)* Bom, mas, oh, não se incomode de chamar de Exa. o tratamento regimental, mas desde que seja no nível de senhoria já nos serve, entendeu? Tem a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Arlindo Chinaglia. E, logicamente, o senhor Relator, quando achar conveniente usar a palavra, será assegurado. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator e demais pares da Comissão, eu me sinto na obrigação de registrar aqui uma avaliação. Com todo respeito aos proponentes da audiência, tenho absoluta

convicção de que ela foi proposta com o intuito de se esclarecer melhor o esquema de distribuição de medicamentos no Brasil, sobre o qual temos as maiores e mais profundas suspeitas, e eu diria, fundamentadas. Mas eu quero dizer que esta audiência pública está deprimente. Nós não podemos aceitar que o Presidente da entidade venha mentir, por exemplo, quando — eu tô falando do Presidente da ABRADILAN —, quando diz que nunca ouviu falar em BO. Ele teria que tá fora do mercado e teria que ser tão incompetente e analfabeto pra sequer não ler jornal, ou não entender o noticiário de televisão. Portanto, eu quero propor a esta CPI — eu não sei de qual, ele é o Presidente da entidade, e não sei qual é a distribuidora dele —, mas eu quero propor a quebra de sigilo bancário, fiscal telefônico e auditoria na empresa dele, e auditoria nas dez maiores empresas da entidade que ele preside. Se tiver que formalizar por escrito, farei em seguida, porque eu creio que esta CPI, ela, nós já temos pleno conhecimento de que nós temos problemas na importação de insumos, porque aqui o Dr. Vecina nos garante que controla aquilo que tem entrada legal no País. Pois bem. Eu não sei se temos condições de provar, à essa altura desta CPI, se, de fato, o Dr. Gilberto tem razão, ou o Dr. Vecina tem razão, porque o Dr. Gilberto disse, e eu tendo a concordar com o Dr. Gilberto, que muita da matéria-prima usada na produção de medicamentos no Brasil é de baixa qualidade. Quando o Dr. Gilberto fala isso, se fosse no início da CPI, eu veria de uma maneira preconceituosa, porque o Presidente da ABIFARMA disse isso também, e a ABIFARMA não goza de nenhuma popularidade entre, pelo menos, os Deputados de oposição e, creio, a maioria dos Deputados de situação. Pois bem. O discurso de empresa nacional sempre nos sensibiliza, entretanto, aqui veio o Presidente da entidade que representa os laboratórios nacionais e eu quero dizer que, da minha parte, com aquele depoimento, eu fiquei convencido que a empresa nacional é igual, e em alguns casos pior, do que a multinacional no que diz respeito a explorar o povo brasileiro, a enganar o povo brasileiro, a roubar o povo brasileiro. Pois bem. Então, esta CPI, nós temos que lembrar, para além da sua importância, ela só foi possível porque existe a maioria governista na Casa, que recuperou CPI de casos de dez anos atrás, até a do índio, até da Amazônia, até roubo de alimento, até da borracha, porque se evitou, com esta e outras CPIs, evidentemente que não coloco no mesmo patamar, que se fizesse a CPI da compra de votos, que se fizesse a CPI da venda e da privatização da TELEBRÁS. Portanto,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pretendo prestar um esclarecimento a V.Exa. Esta CPI não tem nada que ver com o que V.Exa. acaba de fazer. Porque, esta CPI...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, veja, Presidente, eu gostaria... O senhor não tem por que defender, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas eu queria que V.Exa. não confundisse...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas o senhor não tem autoridade para me interromper. Por que o senhor me interrompe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu queria... V.Exa. não me permite...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se o senhor me pedi um aparte eu posso conceder, mas o senhor não pode interromper. Eu quero continuar, no momento oportuno, por que é que tem relação. Eu tô dizendo que, em graus diferenciados, as CPIs tem função. E esta CPI tem função. Eu assinei pra que ela ocorresse. Assinei também pra que desse o caráter de urgência. Mas o que quero dizer é que esta CPI serve ao Governo. E eu não posso deixar de registrar aspectos de farsa, de opereta bufa na condução e no funcionamento dessa CPI. Porque, quando levantei, na reunião de trabalho, que nós tínhamos que reavaliar tantas audiências, o Presidente Marchezan falou: "Olha, vamos discutir algo útil, de maneira que tentando desqualificar quem discorda, que é uma prática". Quando se propõe quebrar sigilo, se fazer auditoria, o Relator mais de uma vez tenta colocar a idéia que se busca o holofote fácil. E eu um dia alertei, infelizmente o Relator parou e falou: "Olha, se alguém diz que, quando se propõe a quebra de sigilo ou auditoria, se busca o holofote", alguém, que não seria eu, evidentemente, pode dizer que quem diz isso é porque quer proteger os lucros abusivos e todas as manobras dessa cadeia da felicidade, como, aliás, assim definiu o próprio Relator. Eu tô dizendo isso, e não tem nada de desabafo. Eu tô dizendo isso porque nós temos tempo. Eu quero perguntar os Srs. Deputados: quem é que não sabe que temos problemas nos fornecedores de matéria-prima. Quem é aqui que não sabe que o Brasil é um dos maiores consumidores de inibidores de apetite, onde as farmácias de manipulação, aliás, alertado aqui no início do trabalho de CPI, pelo Deputado Vicente Caropreso, é algo que não tem nenhum controle; se tem é, digamos, insuficiente para que a gente perceba. Nós chegamos agora, vamos chegar na

indústria. A indústria, evidentemente, nós não podemos generalizar, mas não há também a segurança devida, ainda que tenha melhorado, segundo os profissionais da área, nos últimos anos, quanto à qualidade dos medicamentos fabricados; entretanto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado, agora vou interromper V.Exa com base no Regimento. Seu tempo tá esgotado, seis minutos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Seis minutos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...veja... Não, não, o senhor sempre disse aqui que tinha que fazer uma escolha e tinha que garantir seis minutos pra um e pra outro. O senhor pode me dizer onde é que no Regimento fala que é seis minutos apenas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Regimento diz o seguinte: que o Deputado tem três minutos para perguntar; depois, mais três pra réplica. E eu adotei o critério do pingue-pongue ou então dos três, três. Como V.Exa. esgotou o tempo. Não tem exceção, Deputado (*ininteligível*), não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas por que não pode exceder o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não pode exceder. Eu vou dar mais uns minutinhos pra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Tá bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou dar contra o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, eu agradeço porque podemos fazer aqui uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Porque isso é regimental, o que eu estou fazendo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro, uma avaliação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É a norma adotada pra todos. E eu não posso fazer exceção pra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, eu agradeço. Não, eu agradeço ainda que V.Exa. pode ter a sensibilidade, e espero que outros Deputados opinem também, porque V.Exa. tem tudo pra comemorar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não se trata de opinar contra o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas eu tô fazendo avaliação política. V.Exa. pode comemorar. V.Exa. sabe que o Governo domina, controla e conduz essa CPI e o senhor é o braço direito dessa operação. Eu quero dizer isso, Sr. Presidente, com todo o respeito, inclusive pelo apreço pessoal que temos. Agora, evidentemente, o PFL tá na esquerda, até porque rejeitou, digamos, o código neoliberal, falou que é social liberal, liberal social, enfim. Mas quero dizer, veja, que os problemas nós conhecemos. Podemos não saber todos. Agora, eu acho que, da matéria-prima passando pelo fabrico, falsificação, roubo de carga, distribuição, farmácia sem farmacêutico, onde ontem o Presidente, o Bermudez, o Dr. Bermudez falou: "Olha, que se cumpra a legislação vigente", essa CPI não pode se contentar apenas com, digamos, aprimoramento, ainda que seja muito importante, da legislação. Eu quero fazer um apelo público, portanto, ao Presidente, ao Relator, a todos os Deputados, pra que nós reavaliemos essas sucessivas audiências e, com todo o respeito aos depoentes, eu não vou fazer pergunta, mas eu quero dizer que nós devemos fazer, pelo menos, algumas auditorias — não me ocorre um termo melhor. Vou propor, temos que escolher algumas empresas, vamos ver o que ocorre dentro da empresa, dentro da distribuição, dentro das farmácias, dentro da manipulação, porque é uma tentativa, talvez, mal colocada de minha parte pra que a gente, de fato, faça que essa CPI cumpra com os objetivos exarados tanto pelo proponente, a quem cumprimos por ter proposto, Deputado Marchezan, quanto creio de todos que compõem esta CPI. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Tem os depoentes a palavra para se manifestarem, se o desejarem, depois eu desejo me manifestar.

O SR. GILBERTO PEREIRA - É, eu gostaria,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então pegue o microfone, por gentileza.

O SR. GILBERTO PEREIRA - ... Srs. Deputados, de dizer que nós estamos falando de um mercado de mais de 8 bilhões de dólares e que é um dos seis principais mercados farmacêuticos do mundo. A indústria farmacêutica nacional, a indústria farmacêutica nacional, puramente nacional, há vinte anos atrás — vamos

pegar esse tempo —, ou trinta anos atrás, ela tinha uma participação bastante expressiva nesse mercado. Hoje, ela participa com menos de 20% desse total. Infelizmente, mais de 80% do mercado farmacêutico brasileiro está na mão das empresas estrangeiras. E com todas as dificuldades da economia, a indústria farmacêutica vem-se, nacional, vem-se aprimorando e procurando sobreviver lutando contra esse gigantismo da indústria estrangeira, competindo de maneira desigual com a indústria nacional. Sobre o que o Deputado Arlindo acabou de dizer, o Governo tem todos os mecanismos. No setor de importação ela pode comparar preços de importação. Se um importa a matéria-prima "x" por cem, por que que o outro importa por mil? Normalmente, acontece, ela chama o importador que vai importar a cem pra perguntar porque que ele tá importando a cem, se normalmente o mercado importa a mil. Mas ele tem que ter esse controle dos preços internacionais da matéria-prima. E eu acho que isso existe no Brasil. Um outro detalhe importante é que as importações de matérias-primas são feitas, na maioria das vezes, através de **tradings** ou **brokings**, não é, como se chama. E esses documentos que são aceitos no Brasil não identificam o fabricante. Eu acho que deve haver uma exigência de que a mercadoria comprada do **trading** "a", "b", "c", ou "d", seja obrigado a identificar o fabricante daquela matéria-prima em que país ele tá localizado. E que o Ministério da Saúde cadastre, realmente, os fabricantes internacionais de matérias-primas. Porque o Brasil é obrigado a fazer isso, a se submeter a isso, por que é que nós não podemos exigir dos outros fazerem isso aqui? Os argentinos volta e meia vêm ao Brasil, mandam fiscalização sanitária ao Brasil, fiscalizar os laboratórios nacionais no Brasil, porque estão vendendo alguma coisa na Argentina. E fazem isso na maior — desculpem a expressão —, na maior cara-de-pau, sem o mínimo conhecimento, às vezes, do Ministério da Saúde brasileiro. Por que que nós não podemos fazer a mesma coisa no sentido oposto? Vamos saber quem vende pra nós, qual é a qualidade. Já que nós não podemos fazer uma inspeção em cada indústria de matérias-primas no mundo, vamos fazer um cadastro, vamos fazer um cadastro: o que cada um fabrica e em que condições e se ele tem certificação do FDA, se ele tem certificação do Mercado Comum Europeu. Essas empresas que têm essas certificações são empresas qualificadas e as outras que têm vamos ver que tipo de referência poderão mandar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Wilson, deseja ocupar a palavra ou não?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu gostaria de falar com o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hein?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu gostaria de falar com o...
(inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a contestar alguma coisa do que disse o Deputado Chinaglia?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Então... Então tá encerrada a contestação. Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu devo dizer o seguinte: eu devo declarar, para bem da verdade, primeiro, que esta CPI não tomou o lugar de nenhuma CPI, nem foi instrumento do Governo. Foi uma decisão pessoal minha de fazer esta CPI. Lutei um longo, quase um longo ano para fazê-la, e quando esta CPI entrou e caiu na vala comum que só poderia ser instalada daqui a dois ou três anos, eu retomei as assinaturas e apresentei como projeto de resolução. Então, ela foi criada autonomamente e não tomou o lugar. Aquilo que o Deputado Arlindo Chinaglia ia dando, insinuando é absolutamente inverdade. Esta CPI ela não tomou o lugar, não serviu de instrumento, não praticou nenhuma política do Governo, para início de conversa. A segunda questão, ninguém desconhece que eu pertenço à base do Governo, como ninguém desconhece que o Arlindo Chinaglia pertence à Oposição. A Oposição... É a Oposição mais radical que existe nesta... Ele pertence ao partido mais radical, que expulsa, pune quem não vota de acordo. No meu partido acontecem coisas... Têm Deputados que não acompanham o Governo. Então, é um partido muito mais aberto. Portanto, eu sou um sujeito bem mais livre do que o Deputado Arlindo pra praticar meus atos, a tomar, que ele não tem...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Esse é o julgamento de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não tem o direito... Não dei aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. não tem o direito... Eu não citei o seu nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. citou.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor não tem o direito de citar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tenho o direito. V.Exa. não pode falar. Quem está falando é o Presidente. O mesmo direito de V.Exa. O mesmo direito. Quando V.Exa...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu não tô intimidando. Eu não tô intimidando.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô julgando que V.Exa. disse que eu sou o braço direito. V.Exa. é o braço direito do PT. Estou fazendo avaliação política. Não é privilégio de V.Exa. Não é privilégio de V.Exa. fazer. Eu peço a V.Exa. que respeite.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor é livre pra fazer o jogo que V.Exa. quiser, mas não faça acusação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu respeitei V.Exa. Eu respeitei... Eu respeitei V.Exa. Quem é autoritário e arbitrário é V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. não pode... Não, V.Exa....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quando V.Exa. me negou o aparte, eu fiquei quieto. V.Exa. não é capaz de ouvir a verdade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Qualquer Deputado aqui, a começar do Relator, que um dia disse pra V.Exa.: "Olha, não levante a voz que não me intimida". V.Exa. esquece?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu não tô intimidando. Eu posso desligar o microfone de V.Exa. Eu posso...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O próprio Relator falou: "Olha, pode parecer que o senhor quer me intimidar".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tô intimidando.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A sua atitude, Deputado Nelson Marchezan, lembra a sua origem de ter sido Presidente, que um dia o senhor aqui alegou. Mas o senhor foi Presidente na época da ditadura militar. Então o senhor quer discutir o que é livre, o que é democracia? Recupere o seu passado. Coloquemos o passado meu, o seu, o do Relator, de qualquer um aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não dei aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, se quiser fazer um debate,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero que conclua, Deputado. Me respeito como eu respeitei V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...fazemos um debate público, mas não na condição de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Me respeite como eu respeitei V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu quero fazer o debate com V.Exa. sobre o que é o PT, sobre o que é o PSDB. Vamos fazer, mas não com essa condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Me respeite, me respeite, me respeite, me respeite, me respeite.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu respeito, mas não use sua condição de Presidente. *(Microfone desligado.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou concluir mesmo. Eu vou concluir. Peço a V.Exa. que me...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deixe eu concluir... Eu...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não quero entrar no mérito. Só peço pela ordem a V.Exa. Eu queria fazer um pedido a V.Exa. e ao Deputado Arlindo Chinaglia. Essa discussão, ela pode ser produtiva, mas não neste momento. Eu acho que nós temos que respeitar os convidados, respeitar efetivamente as pessoas que estão aqui e que não foram convocadas pra isso e propor, inclusive, uma reunião interna pra que nós possamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não tem nada disso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que não adianta essa discussão aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, muito obrigado, Deputado. Eu quero dizer a V.Exa. o seguinte, Deputado: "Não há razão pra questão de ordem de V.Exa. Não procede.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu fui... Nobre Deputado, nobre Deputado, eu fui agredido aqui na Presidência, fui agredido pelo Deputado, que não respeita, e agora envolve um problema de Presi... Vou esclarecer. Eu me elegi Presidente desta Casa, pela primeira vez na história, disputando dentro do meu partido com outro colega. Disputei na bancada e ganhei deste colega. Disputei no Plenário contra as Oposições e ganhei no Plenário pelo voto livre. Não há eleição mais livre do que a minha para Presidente desta Câmara. E quero dizer duas coisas. Prefiro a apreciação do Genoíno na tribuna da Câmara a respeito do meu desempenho como Presidente, na condição do Líder do PT e não de um Vice-Líder. Primeira condição. Segundo, quero e invoco o testemunho do Deputado Santana, Carlos Santana, de que o Dr. Ulysses queria me reeleger, me ofereceu os votos pra reeleição. De forma que eu tenho isto de atestado do meu comportamento. Nunca fui instrumento de nada na Presidência, senão que defendi as prerrogativas. Apelação não vale. Agora quero dizer que nesta Presidência desta Comissão tenho me comportado como Presidente na busca dos esclarecimentos. Mas há alguns Deputados, há alguns Deputados da Oposição que pensam ter o privilégio de defender o povo, pensam ter o privilégio. E este privilégio eu não lhes dou. Eu também venho aqui ungido pelo voto popular e posso defender causas populares com desapego, com liberdade, com posições claras, sem ser instrumento de nenhuma instituição. Este direito não será ninguém que vai me *(ininteligível)*, muito menos o Deputado Arlindo Chinaglia, a quem voto uma profunda admiração, mas hoje perdeu as estribeiras. O que disse S.Exa. de certo na sua intervenção foi o final, quando disse que achava que estava equivocado. Tem a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, eu queria... Pela ordem, Sr. Presidente, eu queria dizer uma coisa: eu acho que todos os Deputados também foram citados aqui. Eu preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, eu nunca, fazendo parte do bloco, eu nunca recebi telefonema nem sequer do meu líder pra que tomasse essa ou aquela posição, sequer de um Ministro ou de qualquer pessoa do Governo. Eu quero deixar bem claro isso, Presidente. A minha posição é de total liberdade

aqui do começo e tenho certeza que vai ser até o fim. Quero deixar bem claro, porque ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tenho certeza que isso é um direito de V.Exa. e de todos os Deputados.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Isso não aconteceu com a minha pessoa. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente, também fui citado indiretamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se algum Deputado, eu queria dizer o seguinte: a avaliação que fiz não vai no sentido de dizer que os Deputados da base governista no plano individual tenham aqui qualquer da sua autoridade, liberdade, representatividade e opinião cerceada. O que eu fiz foi uma avaliação política e quero deixar claro que a condução dessa CPI existem poderes distintos e, portanto, responsabilidade distinta. A avaliação que eu faço da CPI é essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Relator Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Eu também, na mesma proporção do Deputado Iris Simões, eu gostaria também de prestar aqui algum esclarecimento que também jamais recebi pressão de qualquer pessoa ligada ao Governo, como insinuou, de uma certa maneira até veemente o senhor, Excelência, Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - *(Ininteligível.)* Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor tem que escutar um pouquinho agora.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu vou escutar.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor joga lama, o senhor joga lama e depois tenta tirar a lama com papel.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não joguei lama. Quer dizer, V.Exa. é quem ...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor também, agora o senhor tem que se resignar sua posição de ouvir. Nós aqui, enquanto ...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu peço um aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Nós aqui, enquanto Deputados livres, eleitos pelo voto, nós temos toda a intenção de melhorar o sistema de saúde do País, principalmente no que se diz respeito à política nacional de medicamentos, que nós sabemos que não está boa, que tem que melhorar, mas não é um ou dois, não são um ou dois partidos apenas que pode arrotar o direito de dizer que é o pai da criança, de que é o único que tá certo. Eu gostaria de deixar esse registro aqui, porque nós não somos pelegos. Eu fui eleito sem ajuda de qualquer grupo, de qualquer sindicato. Fui inclusive a zebra dentro da eleição de Santa Catarina e me elegi com o voto da minha cidade, da minha região e sem nenhum atrelamento a qualquer facção político-ideológica de sindicato, de dinheiro sujo. Portanto, eu gostaria, Sr. Arlindo Chinaglia, ...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor me dá um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tem aparte. Tá falando pela ordem, não tem aparte.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Que, ontem, inclusive eu vi alguma manifestação sua ótima, muito boa, inclusive iria parabenizá-lo. E agora estou fazendo também, em relação à esculhambação que é abertura de escolas médicas pelo Brasil, porém o senhor não tem o direito de jogar lama e depois tentar tirar o papel, tirar a lama com o papel. Era isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu esclareci, parece que o Deputado Vicente Caropreso fez questão de fingir que não entendeu. Eu disse que não fiz acusações pessoais e eu não insinuei. Eu sou suficientemente coerente pra dizer o que penso e de frente. Insinuar é uma questão subjetiva. Portanto, se em algum momento eu tiver que fazer acusação, eu farei. Portanto, quem usou o termo de insinuar foi o Presidente, do qual discordo. O que eu disse é que o Presidente

desta Comissão conduz politicamente para proteger o Ministro José Serra e o Governo. É isto. E se os Deputados têm avaliação diferente, têm o direito de tê-lo. Agora, não aceito essa história de que eu insinuo. Eu, quando falo, mantenho; e quando denuncio, eu provo. É só ver a história de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero dizer que o Ministro Serra veio aqui primeiro, virá quantas vezes necessário. Tem até uma volta aqui, ele não precisa de defensor. Mas se tiver aqui defendendo o Governo alguém que defende a política de saúde, acho que o José Serra está muito mais na linha que eu penso do que, evidentemente, outros setores. Tem a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, não computar meu tempo, porque eu gostaria inicialmente de falar pela ordem, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então V.Exa. tem a palavra pela ordem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E serei muito breve. Eu gostaria de sugerir e que o senhor nos respondesse à sugestão de que depois dessa audiência pública continuássemos uma reunião de trabalho desta CPI, que eu acho mais do que necessário. Acho que o depoimento prestado pelo Deputado Arlindo Chinaglia, pelos demais colegas, tem certo procedimento. Nós estamos vivendo uma angústia. Estamos num momento importante dessa CPI e eu, particularmente, me preocupo pelo fato de até agora nós não termos conseguido o apoio técnico necessário e suficiente para que possamos analisar o punhado de documentos que a CPI vem recebendo. Então eu sugiro, Sr. Presidente, e gostaria de ouvir de V.Exa. qual é a sua resposta, que depois da audiência pública continuássemos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputada, eu vou... Na base da agressão não vai acontecer nada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas não é nada de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputada, eu não costumo e não me intimido também. Eu estou conduzindo os trabalhos, tenho feito todo, tudo que a oposição... fiz as reuniões e não recebi nenhuma sugestão das oposições que eu não tenha posto (*ininteligível*.) Quer dizer, querer impugnar a

CPI é um jogo político que eu entendo, Deputada Vanessa Grazziotin. Eu, oportunamente, me manifestarei. Tem V.Exa. a palavra para interpelar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Aguardo o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra. De jogo político eu também entendo. Eu também entendo e não vou entrar no jogo da oposição.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V. Exa. permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Relator para questão de ordem ou pela ordem.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos ver se a gente dá um contraponto aqui nos nossos debates, em razão de um passado recente em que as discussões estão tomando caminhos que não são bem aqueles que a gente deseja na atividade Parlamentar. Eu gostaria de dizer à Deputada Vanessa e aos colegas o seguinte. Eu cheguei aqui há pouco, tive um contato com um dos assessores da Presidência e desta relatoria e ele me informou do trabalho intenso que está sendo desenvolvido, depois da reunião promovida semana passada pelo Presidente Nelson Marchezan, na análise dos documentos que chegam da quebra do sigilo bancário e do sigilo fiscal. Estão sendo feitos cruzamentos, análises, uma equipe de mais de dez pessoas trabalhando, com digitadores especializados. Então, é tudo que é possível ser feito em razão até dos alertas dados pela oposição. Então, eu pediria à Deputada Vanessa e aos colegas que, primeiro, fossem à sala de trabalho desses assessores — são mais de dez mobilizados pela Presidência.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Talvez seja eu a que mais ando pelas salas dos assessores, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sim. Estou recomendando, porque a descrição que V.Exa. disse é de que até agora não tínhamos nenhum trabalho da assessoria.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não disse isso, Sr. Relator. Não coloque palavras na minha boca. Eu disse que nós não temos gente, eu...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, está bem. Eu entendi mal.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...eu reconheço a capacidade dos técnicos, apenas registrei...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu entendi mal.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN -... a insuficiência...

(O Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator está falando pela ordem e eu não vou admitir apartes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É porque eu entendi mal e até fico feliz em ter entendido mal. Eu acho, Deputada Vanessa, que está sendo feito, se não no plano ideal, porque também o conceito do plano ideal cada um tem sua concepção, mas está sendo feito tudo o que é possível fazer. E até recomendo que as assessorias dos partidos, que, muitas vezes, desejam ter informações, que estejam presentes, ao invés da criação de motivos, de críticas, que são naturais, principalmente numa casa política, não é? Mas é importante ver o trabalho que está... a imprensa que está aqui presente pode ir visitar, ver, falar com o Secretário, ver o trabalho que está sendo feito. Digitadores, técnicos especializados levantando números, cruzando informações, planilhas, composição de preços. Agora, quando às vezes certas declarações são feitas, eu acho que elas se assemelham a um tiro no pé. Quer dizer, a gente começa a colocar que a CPI é inútil porque tem Governo e tem Oposição. Claro que aqui tem Governo e tem Oposição. Nesta Casa, tudo tem Governo e tem Oposição.

(Não identificado) - Sr. Relator, só para V.Exa. se situar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não tem direito de usar a palavra.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não dou. V.Exa. tá pela ordem, V.Exa. tá pela ordem. Asseguro a palavra de V.Exa. pela ordem, mas não pra aparte.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Era só esta observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu jamais vou buscar aqui o consenso. Sei que nós vamos ter esse dissenso até o final. Mas, pelo menos, que não se dê um tiro no pé, inutilizando o trabalho e o esforço que está sendo feito. Quem quiser vá examinar, nesta.... Agora mesmo eu estive aqui com dois dos meus assessores. Certos tópicos do pré-relatório já estão prontos, propostas prontas, concretas. Quer

dizer, está havendo um trabalho. Agora, se a gente quiser polarizar a CPI entre os que são a favor de uma política de redução de preço, no caso, a Oposição, e os que são contra, que estão a favor dos grupos internacionais e que influem na política brasileira, que seria Governo, nós não vamos chegar a nada disso, porque aqui não tem ninguém que seja dono da verdade. Nós buscamos soluções, embora por caminhos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra a nobre Deputada Vanessa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Se nós recordarmos um pouco aí, Sr. Relator, nós vamos voltar a algumas sessões atrás, onde a Oposição fez de tudo pra que nós não tivéssemos a formação de dois grupos aqui dentro. Por duas ou três vezes, nós tivemos aquele requerimento da quebra do sigilo bancário pra ser votado. Numa delas, inclusive, pela ocasião, a Oposição, quem sabe até com maioria aqui, mas nós preferimos concordar com o Presidente, concordar com V.Exa., retirar naquele momento, pra que, quando da aprovação, nós tivéssemos o grupo isolado. Então, eu acho que não há, de forma alguma, intenção aqui de Oposição ou de Situação de se intitular como sendo o defensor do cidadão, não. Eu acho que são observações que saem, algumas mais veementes, outras menos. E eu acho que o Presidente tem que segurar isso, com a sua experiência, e não permitir que nós partamos pra uma cisão dessa, não é? Então, eu apelaria pra, pro bom senso de todos nós, inclusive com uma reunião reservada, se necessário, pra que nós continuemos como temos vindo, não é? Se for o caso de a Situação chegar um pouco pra cá e a Oposição um pouco pra lá, mas pra que nós busquemos o caminho, né? Não vamos permitir, em hipótese alguma, que agora, a menos de dois meses do encerramento, nós cheguemos, cheguemos a divergências insolúveis. Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não há divergência insolúvel e ninguém vai atrapalhar os trabalhos, sem dúvida, Deputado. Mas eu atendo o apelo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra, continue.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu não perguntei a sua opinião, também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas V.Exa. pediu apelo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não, não. Eu tô colocando de uma maneira geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, V.Exa. se...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - V.Exa. ouça e conduza da maneira que, na sua opinião, deva ser. O Presidente é o senhor, né? Eu não quero interferir no seu trabalho e ninguém interfere no meu, não é? Mas nós temos que ter agora, nesse momento, cuidado pra que nós não dividamos de vez, né? E, com isso, nós selemos o fecho dessa reunião.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela ordem. Rapidamente, eu queria sugerir a V.Exa. que déssemos seqüência à pauta de hoje. Os dois convidados estão aguardando aqui. E que não baixe o espírito do Senado de ontem aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou suspender a reunião por cinco minutos, para que os Deputados possam votar no plenário, e reabro daqui a cinco minutos a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estão reabertos os trabalhos. Convido os depoentes pra virem à mesa. Tem a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, só aguardar o segundo convidado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Onde é que está o Dr. Pereira? *(Pausa.)* Com a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de iniciar meus questionamentos com o senhor Dr. Gilberto Pereira. O Dr. Gilberto, ele distribuiu, fez distribuir a cópia aos Deputados sobre a sua exposição inicial. No início, fala da MEDITA, que a MEDITA seria empresa comercial que representa com exclusividade, e somente, a CIBRAN, que é a Companhia

Brasileira de Antibióticos. Qual o vínculo, o vínculo formal ou informal que existe, Dr. Gilberto, entre a MEDITA e a CIBRAN?

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - No microfone, por favor.

O SR. GILBERTO PEREIRA - São duas empresas independentes, pessoas jurídicas separadas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não há nenhuma ligação entre, entre elas? A não ser comercial, óbvio.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Comercial. Eu sou diretor da CIBRAN.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E não tem nenhuma participação acionária na MEDITA?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Eu sou sócio-gerente, apenas, da MEDITA.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Da MEDITA.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Só para participação em licitações públicas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas aqui o senhor não representa... O senhor veio na condição de convidado representando a MEDITA e não a CIBRAN.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Da MEDITA, da MEDITA.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, há um vínculo, pelo menos na sua pessoa, em relação às duas empresas: a indústria, o laboratório de produção e a representante comercial.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim, certo, certo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Acho que isso explica, Sr. Presidente, uma série dos questionamentos que essa CPI faz à MEDITA. E somente a MEDITA comercializa os produtos da CIBRAN?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Órgãos de Governo, sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, outras empresas que comprem de nós, podem vender ao Governo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, mas o que eu lhe pergunto é se a CIBRAN promove vendas para outros representantes, no caso de medicamentos.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Outras distribuidoras, outros representantes de medicamentos que podem vender ao Governo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas no relacionamento com o Poder Público, isso é feito através da MEDITA?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Da MEDITA.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Exclusivamente?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Exclusivamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nunca a CIBRAN participa de licitação pessoalmente, a indústria?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Somente através da MEDITA. Por que isso, Dr. Gilberto?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Porque a CIBRAN está em final de um processo concordatário, por causa dos problemas que eu acabei de relatar, e a MEDITA foi uma empresa que foi criada exatamente para poder permitir que a CIBRAN é... participe com os seus...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, não fosse a MEDITA a CIBRAN não poderia participar de licitações públicas.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não. Não, porque a lei não permite. A Lei 8.666 não permite que uma empresa concordatária participe de licitações, porque ela não teria os documentos necessários à habilitação. Então, ela tem que participar através de uma empresa comercial.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E por que que ela está em situação concordatária? A CIBRAN deve ao Poder Público?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não. Olha, deixa eu explicar à senhora. Com a abertura...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu sei que são dois problemas distintos.

O SR. GILBERTO PEREIRA - ... com a abertura das importações, com a... a mudança política ocorrida de, de 1990 pra cá, a empresa fez investimentos, investimentos muito grandes, confiando em que haveria, em determinada ocasião, que haveria uma estabilidade econômica e... e que não ocorreu. Meses depois, houve uma inflação bastante acentuada e com a competição dos fornecedores estrangeiros, ela, pra preservar o seu patrimônio e o emprego de 600 pessoas, ela

pediu concordata. Está terminando a concordata, está com todos os seus é... dívidas com o Governo equacionadas, sendo pagas, e só está disputando agora o... o financiamento bancário.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A CIBRAN só tem o CNT, o CND?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Ainda não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ainda não.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Ela já, ela já parcelou o... a dívida...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas não recebeu o certificado ainda.

O SR. GILBERTO PEREIRA - ... e não recebeu ainda. Está aguardando.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Portanto, não tem condições de participar de licitações públicas.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Ainda não, ainda não. Breve ela terá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, eu quero abordar agora um segundo aspecto da sua intervenção quando o senhor fala da, da compra, da importação de matérias-primas para o Brasil.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu concordo com o senhor em algumas partes da sua exposição inicial. Mas acho que o senhor peca quando generaliza o problema e que diz que, é, matérias-primas de procedência duvidável e qualidade duvidável, que o senhor mesmo caracteriza como porcaria, estariam vindo da Índia, da Ásia, da China.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu acho que é preocupante essa forma genérica de abordar o problema, porque nós sabemos que a Índia tem excelentes produtores de matérias-primas.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Tem, tem, tem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A China, da mesma forma. E que comercializam, transacionam comercialmente com esses produtores de insumo não só empresas nacionais, mas empresas multinacionais, grandes inclusive. Então, me preocupa a forma genérica como esse problema é tratado, e não só pelo senhor, mas por várias pessoas que participaram de debates aqui na, na CPI. Mas o senhor faz aqui, é... uma, o senhor fez aqui uma declaração taxativa, dizendo de

que é... através das **trading**, fornecedores, os péssimos fornecedores chegam até o nosso País. Eu gostaria que o senhor declinasse nomes, nominasse esses **tradings** ou fornecedores fabricantes diretos que não produzem insumos de boa qualidade.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Ó, infelizmente, eu não poderia fazer isso, porque se a **trading**, quando vende para o Brasil, ela não diz quem é o fornecedor da matéria, quem é o fabricante da matéria-prima. Então, eu não sei quem fabricou a matéria-prima. Porque nós conhecemos quem são os, os...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, mas o que eu lhe peço é o seguinte: se não tem condições de declinar o nome do fornecedor, do fabricante estrangeiro, mas o nome da **trading**. Isso pra nós é muito importante, porque a denúncia que o senhor fez é muito grave.!

O SR. GILBERTO PEREIRA - Eu não...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que tem **tradings** que trabalham com péssimos fornecedores, que só comercializam porcarias. Se o senhor não tem condição de fazer isso agora, mas que...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não tenho, não tenho condições. Não tenho.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu solicito, Sr. Presidente, que ele nos envie posteriormente o nome de algumas **tradings**, de algumas organizações, revendedores de insumos, que comercializam produtos de péssima qualidade. Isso, pra CPI, eu considero um dado fundamental, que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu também considero, requerimento deferido. E peço ao nosso conferencista, se não puder fornecer esses dados agora, pra embasar as suas informações anteriores, que nos forneça concretamente depois, por escrito.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em relação, continuando, em relação ao problema do IQUEGO, que o senhor também denunciou aqui, que o IQUEGO teria adquirido da empresa Palmares, instalada em São Paulo, três mil e quinhentos quilos de Eritromicina, salvo engano...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... de Eritromicina, e que seria porcaria, essa Eritromicina não prestava.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É... o senhor não é da IQUEGO, a sua empresa é outra. Mas se o senhor fala e traz a denúncia aqui é porque o senhor tem conhecimento do assunto. O senhor sabe se a vigilância sanitária, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, foi acionada no caso?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Olha, eu não me lembro. Eu sei que eu, eu... nós estamos trazendo essa denúncia porque nós participamos da licitação e... e sabíamos que ia acontecer isso, que ia acontecer isso e fomos procurados anos, muito tempo depois, para que nós tentássemos ajudá-los a resolver o problema para que a matéria-prima fosse, fosse utilizada. Mas, infelizmente, com o conhecimento técnico que os nossos engenheiros químicos têm de produção de eritromicina, nosso principal produto de produção na planta química é a eritromicina. Esse produto não serve nem pra fazer comprimido. Ela fica uma goma, um negócio incrível. Não há, não há como fazer.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas o senhor não tem conhecimento que a Agência Nacional de...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não tenho, não tenho. Eu sei que o laboratório tentou...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor sabe o período em que isso aconteceu? Qual foi o ano?

O SR. GILBERTO PEREIRA - É... já tem mais de cinco anos, já tem mais de cinco anos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Tem mais de cinco anos.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Por isso é que nós denunciemos, porque essa mercadoria foi retirada recentemente de lá...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É um problema novo que o senhor nos trás e que certamente a CPI deverá investigar.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Eu gostaria que fosse apurado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É...

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele não sabe.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Senhor?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele tava pedindo que o senhor nos respondesse se algum órgão foi acionado. Pelo que o senhor cita, é a justiça apenas.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não sei, não sei, não sei. A justiça foi, a justiça foi.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O inquérito está brigando na justiça pra reaver o dinheiro que foi pago pela matéria-prima. Mas, enfim, o senhor fala também sobre a necessidade de regras em um cadastramento dos fornecedores de matéria-prima que, na minha opinião, não só fornecedores de matéria-prima, mas de medicamentos prontos. Não é?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Aí, eu lhe pergunto: o senhor tem uma opinião a respeito das regras que vigoram no MERCOSUL e adotadas pelo Brasil sobre certificação de origem, se o senhor tem uma opinião a respeito dessas regras, que são extremamente liberais.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Olha, eu não tenho experiência com o MERCOSUL, porque nós não vendemos nada no MERCOSUL, não exportamos nada para o MERCOSUL.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas o Brasil importa? O senhor saberia nos dizer?

O SR. GILBERTO PEREIRA - O Brasil importa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Antibióticos?

O SR. GILBERTO PEREIRA - O Brasil importa do MERCOSUL, importa produtos terminados, inclusive, da Argentina, importa via Uruguai também, produtos terminados. O Brasil importa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E a Argentina e o Uruguai têm fábrica, têm laboratórios que produzem antibióticos? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Tenho. Produtos farmacêuticos, têm. Antibióticos, não têm não. Matéria-prima, não. Medicamentos terminados, têm.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim. Entendi. Estou entendendo. De processamento do medicamento.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Processamento. Tem. E o Brasil importa. O Brasil importa medicamentos terminados do mundo inteiro. Infelizmente, é o que eu

disse para os senhores no início, o Brasil exporta emprego, nós sabemos. Eu tenho conhecimento de duas, de três empresas no Rio, nacionais, que foram vendidas para empresas indianas que estão-se instalando no Brasil. Elas vão trazer o medicamento pronto da Índia e vão embalar no Brasil. É um absurdo. Um País deste tamanho, com tanta tecnologia, importar medicamento terminado na Índia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu lhe faço um último questionamento agora, saindo do problema da importação, entrando numa análise que o senhor faz a respeito da Portaria 37, do ano de 1992, porque é a portaria que liberou o preço de medicamentos no Brasil e que determina a margem de lucro do comércio.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Trinta por cento das farmácias e, salvo engano, 12, 18% da distribuidora. E o senhor tem uma opinião contrária a essa portaria. Mas o que o senhor sugere no lugar da portaria, porque o senhor disse: "Não fosse a portaria, não fosse a portaria, poderia haver uma maior competitividade no comércio e o preço poderia cair". Então, o que o senhor propõe? Porque, na minha opinião, eu também tenho críticas sérias à portaria, acho que a CPI vai orientar a modificação dessa portaria, do primeiro ao último artigo dela. Nós temos críticas à portaria. Mas eu acredito que ela estabelece uma lucratividade máxima e não mínima.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Limite.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, a concorrência, ela não estaria impedida. Qual seria a opinião sua pra que, qual a outra regra poderia ser usada em substituição à Portaria 37?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não sei, acho que teria que ser, teria que liberar a... liberar o preço de medicamentos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Liberar mais ainda do que já está liberado?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, mas existe um, um... essa fixação de um preço máximo ao consumidor é... o comércio utiliza esse preço como o preço de venda — entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Claro.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Então, a senhora falou os 30%...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas se o senhor propõe liberar isso, aí o que o comércio vai fazer?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não é liberar não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele não vai se contentar com os 30% e vai querer 50, vai querer 60.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, mas se o Governo tá tentando baixar o preço, uma maneira seria acabar com a...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O que o senhor acha do controle do preço de medicamentos?

O SR. GILBERTO PEREIRA - O que eu acho?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Particularmente, eu acho um absurdo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Por que o senhor discorda?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Eu acho se a economia tá toda liberada, tudo, tá tudo liberado, por que nós vamos controlar só medicamentos?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas não é só medicamento que é controlado. É... cigarros no País não é só controlado, é tabelado.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, porque a senhora falou em controle de preço de medicamentos e pediu a minha opinião.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, não, estou falando isso porque o senhor disse assim: "Por que só controlar medicamentos?"

O SR. GILBERTO PEREIRA - Pois é.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor considera um medicamento uma mercadoria que não deve ser abordada do ponto de vista do seu papel e da sua função social?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não, a gente não pode separar isso. O medicamento, o produto farmacêutico é um produto industrializado e é um negócio. Por trás da fabricação e da comercialização, tem todo um investimento em equipamentos, em mão-de-obra...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas eu lhe pergunto: não tem também uma função social?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Tem a função social também, tem as duas, mas não pode pensar só na função social e esquecer que existem custos e atrás

da... até o medicamento chegar na farmácia, existem investimentos em equipamentos, em mão-de-obra qualificada, que tem que ser remunerada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É porque a análise que nós estamos fazendo é que essa liberalidade que ocorreu a partir de 92, ela só serviu para aumentar escandalosamente o preço dos medicamentos, e o maior prejudicado é a população brasileira, é o povo brasileiro, que cada vez tem um acesso mais restrito aos medicamentos essenciais, imagine aqueles que são medicamentos de ponta, moléculas novas, enfim. Eu gostaria, Sr. Presidente, rapidamente, de fazer alguns questionamentos breves ao nobre representante da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço a V.Exa. que conclua, o tempo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -... está terminado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... da ABRADILAN. Quantos laboratórios, Dr. Wilson... Não, desculpa.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Wilson.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É Wilson, certo. Quantos laboratórios e quais trabalham é... trabalham as distribuidoras que são ligadas à ABRADILAN?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Quantos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor falou, só são laboratórios nacionais?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor saberia dizer quantos?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Aproximadamente trinta laboratórios, quarenta laboratórios são representados pelos distribuidores da ABRADILAN, não é isso?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Exatamente.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito, perfeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor teria como nos enviar a relação desses laboratórios?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sem dúvida nenhuma.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O CIBRAN é um desses laboratórios?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Acredito que possa ter um ou outro distribuidor que compre. Não, não tenho certeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E a ABRADILAN, que congrega essas distribuidoras, ela desenvolve algum tipo de política, ela indica algum tipo de política para os estabelecimentos comerciais? Políticas que devam ser adotadas por balconistas de farmácia no sentido de indicar ou de trocar medicamentos?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - De forma nenhuma, a política vem da indústria.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor falou a todos nós aqui que está no mercado há 23 anos aproximadamente.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o senhor nos disse que nunca ouviu falar do BO —, eu não estou falando do BO do otário, eu estou falando do BO do bonificado, que fique claro isso. Eu vou lhe dar mais uma oportunidade...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - É bom, é bom...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...porque, veja, eu sou farmacêutica.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu sou farmacêutica.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu não acredito que alguém no ramo nunca tenha ouvido falar não é no BO do otário, mas no bonificado, aquele que paga um e leva dois. É uma outra oportunidade que eu lhe dou. O senhor nunca ouviu falar nisso?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Veja bem, é... eu, eu estou relacionando-me à prática de se vender medicamentos, tá, com um processo de bonificação, não é? Então, o que eu quero dizer pra senhora, pra V.Exa...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E eu estou falando deste processo de bonificação.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não com o desconto nominal, mas com outros produtos.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor nunca ouviu falar nisso?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - No processo de, de bonificação? Já ouvi falar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah, perfeito. Então modifica tudo, todas as suas respostas que o senhor deu anteriormente.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Já ouvi falar, já ouvi falar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, nobre Deputada. Estamos tendo uma outra votação e nós vamos fazer em prestações isso aqui, entendeu? Eu vou suspender a sessão por mais cinco minutos para ir lá e votar; cinco minutos exatamente. Quem é que informou? Tem votação mesmo? Abriu a votação?

(Não identificado) - Abriu agora a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A segunda. Então, nós vamos votar e voltamos aqui. É cinco minutos mesmo, Dr. Pereira, tá? Entendeu? Cinco minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estão abertos os trabalhos. Convido os depoentes a tomarem assento à Mesa. Peço à Secretaria que avise o Dr. Pereira, que, pela segunda vez... *(Pausa.)* Com a palavra o Deputado Iris Rezende. Ausente S.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, não tenho dúvida nenhuma de que a ação até imperialista dos laboratórios transnacionais, como também a ação dos laboratórios nacionais, que durante muito tempo ficaram sob uma proteção e mamando na teta do Governo por muito tempo, isso causa esses malefícios todos no preço da medicação pra população. Mas o maior culpado de tudo isso é o Estado, é o Governo. Não estou falando só deste Governo, estou falando de uma ação concatenada há muito

tempo, em que o nacionalismo foi deixado de lado e foi jogado esse País numa globalização, que levou a esse estado tão mínimo, tão pequeno, tão incompetente que nós não temos, o Estado não tem controle nenhum e o mercado de medicamentos desses produtos essenciais à população brasileira está sendo jogado como um mercado qualquer. Os representantes da química fina já fizeram aqui depoimentos de que o País, principalmente os laboratórios nacionais, não tem condições nenhuma, inclusive, de ver com relação à qualidade desses produtos importados. E o Governo não tem controle, depois da desativação da CEME, também não tem controle disso, da qualidade, preço, essas coisas todas. E também com relação ao mercado, meu nobre Dr. Wilson, eu trabalhei em farmácia aos doze anos de idade e vendi BO. Fui estudante de medicina, fui representante de laboratório, como médico também tive uma participação e agora como Parlamentar. E a mim causa espécime da sua declaração de que enquanto o senhor representante da Roche, na verdade, o senhor não indicaria medicamento nacional para os seus filhos, e depois que o senhor partiu para a distribuidora e representando a Associação dos Distribuidores de Laboratórios Nacionais, agora o senhor recomenda, justamente numa época, nuns anos em que a situação do mercado fez com que os laboratórios nacionais tivessem mais dificuldades. Que existe o bonificado na nota, isso todo mundo sabe. E também o senhor não quer admitir, mas que a fonte de sustentação das pequenas farmácias, sem dúvida nenhuma, é o bonificado em termos de produto. E nós temos inúmeros farmacêuticos que já me falaram que se tirarem esse tipo de bonificado a pequena farmácia não tem condições de sobrevivência. E o senhor vê o seguinte: os laboratórios transnacionais geralmente eles fazem a propaganda junto aos médicos de uma maneira, assim, agressiva, fazendo com que até a classe médica saiba primeiro o nome comercial e não sabe nem o nome do genérico. Mas o laboratório nacional, ele faz uma propaganda mais maléfica ainda. Ele faz a propaganda em cima do leigo, do vendedor da farmácia. E são esses laboratórios que praticam, na sua grande maioria, esse BO, essa bonificação em termos de, de produtos. Portanto, fazendo com que tenha aí uma sonegação fiscal relativamente grande. Esta associação que o senhor representa, se propõe a distribuir esses medicamentos dos laboratórios nacionais, que automaticamente deve fazer a propaganda a nível da farmácia, porque esses laboratórios não fazem propaganda a nível de médico. Então, esse é um mecanismo que usam esses laboratórios

nacionais no sentido de ganhar o mercado justamente em cima do leigo, do leigo da farmácia e do leigo consumidor. E, por outro lado, os laboratórios transnacionais fazem essa propaganda em cima do médico, que serve como o indicador do que aquele leigo consumidor tem que comprar. Então, tudo isso que nós estamos vendo mostra que todos estão praticando o mercado que é permitido nesse País, que é um mercado aberto, sem controle, sem absolutamente nada, e as empresas visam o lucro, vão trabalhar em cima do lucro. Então, esta afirmação do senhor, que o senhor pratica BO, eu tenho minhas dúvidas, porque são esses laboratórios, junto à pequena farmácia, é que faz esse tipo de coisa. Eu acho que aí, Sr. Relator, merecia fazer uma investigação profunda com relação a essas pequenas farmácias para levantar realmente quem pratica esse bonificado em termos de quantidade de medicamento, que é um problema de sonegação fiscal. Agora, a bonificação, em termos da nota, isso é coisa do comércio. Se dá 60 ou 70, ou 80% de desconto, isso é o que o comércio permite e que o Governo permite faça. Quer dizer, é um mercado que você tem um tabelamento de preço pela indústria, estabelece um preço máximo, estabelece quanto tem que ganhar a distribuidora, qual é a margem da farmácia. Portanto, existe esse tabelamento. Agora, qual o critério que o Governo tem de estabelecer o preço lá na fábrica, já que nós temos dados que, por exemplo, o insumo, ele pode corresponder 2 ou 3% do medicamento no produto final e, em alguns casos, pode corresponder a 42%? Qual a condição, por exemplo, que uma... na comercialização de determinado antibiótico, da qualidade desse antibiótico que está sendo vendido, porque tem o registro, tá liberado? Será que o antibiótico de determinado laboratório é mais eficiente do que de um outro laboratório? Quer dizer, nós não temos esse controle. Então, se eu fosse propor uma ação fiscal punitiva, nós tínhamos que punir praticamente todos os farmacêuticos, todas as distribuidoras, todos os laboratórios, mas principalmente nós tínhamos que punir o Governo, que é o maior responsável por isso. Eu queria saber dos senhores opinião sobre essas questões que eu coloquei.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu acho que o senhor foi brilhante nas suas posições. O senhor colocou o mercado como ele é, o senhor colocou o mercado da forma que ele realmente é. Quando eu disse aos senhores, no tocante à terminologia BO, eu referi-me exclusivamente ao fato de que nós, distribuidores, trabalhamos com descontos comerciais. O senhor pode acreditar nisso que eu estou dizendo ao senhor. Foi somente esse o problema. Eu queria, eu,

eu, eu não queria tocar no assunto, como disse a nobre Deputada, no termo BO de "bom pra otário", que é uma coisa que realmente não existe. Foi quando eu disse aos senhores, a V.Exas., a todos aqui que a indústria nacional pratica produtos de altíssima qualidade, vocês sabem disso. E quando eu referi-me aos senhores no sentido da medicação que eu não daria pra, pra os meus filhos foi numa alusão de que realmente a indústria nacional evoluiu muito, o que é um orgulho pra nós, brasileiros, que é um orgulho pra mim, hoje, como distribuidor, distribuir produtos de altíssima qualidade. Foi somente isso. A explanação do senhor foi brilhante. O senhor descreveu o mercado como ele é. E a intenção aqui jamais é enganá-los, ou mentir para os senhores. Só que eu não posso dizer coisas que não são verdade. Que o processo, que o processo de bonificação comercial é feito através de produto mais produto. Não é; não é. Se ele foi feito a muitos anos atrás, não posso dizer nada. Não tinha empresa. Não sei. Agora, hoje, eu digo com certeza pro senhor, pra os senhores: as distribuidoras da qual eu represento trabalham com descontos comerciais, que são descontos que a indústria nos passa. O senhor foi brilhante.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sr. Deputado, eu gostaria de é... acrescentar dizendo, ao que o senhor disse, dizendo que o Governo tem a faca e o queijo na mão. Está nas mãos do Governo o controle de tudo que nós falamos aqui e que o senhor acabou de apontar. Se uma empresa brasileira, qualquer empresa brasileira, quiser vender nos Estados Unidos, ela tem que ir lá, procurar o FDA, cumprir um processo, um ritual enorme de burocracias sobre o que ela pretende vender lá, aguardar que o FDA mande o fiscal visitar a fábrica no Brasil, ver como aquele produto é produzido, ver em que condições ele está sendo produzido, quais são as condições de higiene do pessoal, a qualificação técnica do pessoal e, depois disso, você recebe uma certificação que lhe dá a autoridade de mandar qualquer produto, ou aquele produto que você registrou, para os Estados Unidos. Sem este documento ninguém vende nada nos Estados Unidos. Por que que nós não podemos cadastrar, fazer um cadastro de empresas produtoras internacionais? A empresa, a empresa, o bom produtor, aquele produtor sério, que seja localizado em qualquer parte do mundo, ele vai querer continuar vendendo pro Brasil. Meu Deus, isso aqui é um país enorme, um mercado enorme! Ele vem correndo aqui cumprir as exigências que forem feitas a ele! Não vai precisar ir ninguém lá. Se o... o dia que o Brasil tiver condições de mandar uma equipe de fiscais lá, tudo bem. Mas nesse momento ele cumpre as exigências burocráticas, e com isso a gente mantém

um cadastro aqui de saber quem fabrica o quê, pra quando nós comprarmos de alguém nós sabermos, não, aquela presa, aquela empresa é cadastrada no Ministério da Saúde do Brasil. Porque — pasmem os senhores — se eu comprar uma mercadoria do exterior e essa mercadoria for reprovada pelo controle de qualidade, existe um empecilho 'enorme para que ela seja devolvida. A burocracia para que você reexporte o produto é enorme. Muitas vezes o sujeito fica com o prejuízo, paga, fica com o negócio, destrói, porque o trabalho de devolver é enorme. E tudo isso seria evitado se houvesse um cadastro de fornecedores de matérias primas no Ministério da Saúde. Quanto ao preço da matéria prima, o Governo tem isso, os preços internacionais das matérias primas, meu Deus! Se o preço internacional é mil e o sujeito quer importar por cinco mil: "Vem cá, meu, por que que você quer importar por cinco mil se o preço internacional é mil?" Ou se o cara quer importar por cem: "Por que que você quer importar por cem se o preço internacional é mil?" Poxa! A informática permite fazer esse cruzamento de dados e, rapidamente, as pessoas... e com esse controle a gente vai terminar com muitos desses problemas.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Só pra terminar. O que que falta para que o Governo brasileiro possa ter esse controle de qualidade e de preços? Vontade política só?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Só.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Só?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Só. Se o Governo é capaz de fazer uma lei de vigilância sanitária, por que que ele não faz a mesma coisa nesse sentido? Ele fez, botou em vigor e tá em vigor. As empresas nacionais estão obrigadas a cumprir aquela lei, são fiscalizadas, anualmente, e tá tudo bem. Por que que o Governo não faz isso também? É questão política, vontade, e não é difícil.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou ter que suspender mais uma vez a reunião, porque está começando a última votação, já estamos em votação. Então, nós vamos votar, e voltamos aqui pra terminar a reunião, porque tem dois oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, um esclarecimento. Eu saí de lá agora e imaginei que... Veja, é a terceira votação, e última. Os Srs. Deputados não votaram a terceira vez, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nessa terceira votação eu não votei.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não votei a segunda, então é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Terceira votação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É a terceira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu suspendo a reunião por cinco minutos, pra ir lá votar. Peço aos senhores... vou permitir que se retirem da Mesa, mas que retornem com a brevidade possível, entendeu? Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estão reabertos os trabalhos. Concedo a palavra ao Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Relator, senhores membros da Comissão, senhores convidados, Dr. Wilson, Dr. Gilberto, eu quero ser sucinto e gostaria que os senhores também fossem bem objetivos, tá, que é pra gente ganhar tempo, nós estamos aí com o nosso horário um tanto avançado. Dr. Wilson, a sua distribuidora, ela distribui em quantos pontos de farmácias no País?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Em aproximadamente dois mil pontos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - No País?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - De São Paulo.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor só trabalha, exclusivamente, em São Paulo, na cidade de São Paulo, ou no interior?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Só trabalho em São Paulo, na cidade de São Paulo, na região de Campinas, litoral norte, litoral sul.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Então, no Estado de São Paulo.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não todo. Só nessa região que eu disse ao senhor. Um raio de 200 quilômetros, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor também fornece para o Poder Público?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não fornece nada?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Há quanto tempo o senhor está à frente da ABRADILAN?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Há... nós... agosto de 98.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Portanto, há um ano e meio, mais ou menos.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - A investidura do senhor no cargo de Presidente da ABRADILAN, ela é feita por votação, ou como que funciona o esquema lá dentro?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Foi um consenso, devido a... mais por eu estar em São Paulo.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Tá. Quanto tempo existe a ABRADILAN?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - A ABRADILAN?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Como associação, desde essa época. Nós nos reuníamos...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Desde essa época, que época?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - 18/8/98.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ela é recente, então.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - É fundada em 18/8/98.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor é o primeiro presidente da instituição, então.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu sou o primeiro presidente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ah! Muito bem. Ela é composta por cinquenta e quantos?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - ... e um distribuidores.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Cinqüenta e um distribuidores. E o senhor não conhece, então, os distribuidores, os maiores distribuidores que compõem a sua associação?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu vou dizer ao senhor, é difícil nós obtermos essas informações dentro da própria associação. Os associados, eles

não gostam de falar sobre faturamento, quanto que cada um fatura. Isso é uma realidade que (*ininteligível*). Já pedi enquêtes. "Por favor, vamos somar, vamos ver quanto nós representamos". Mas é difícil. Um colega não quer saber o quanto o outro... que o outro fique sabendo.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Qual fatia de mercado representada, hoje, pela ABRADILAN?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Em torno... Acredito que menos de 2% do mercado.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Mas em valores?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Em valores, eu acredito que nós devamos vender... O senhor diz mês, né?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não, pode ser anual.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Uns doze milhões, quinze milhões.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - De dólares?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, reais.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Reais. Doze, quinze milhões/ano?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - É... mês.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Mês. Então, a sua empresa representa, desse percentual, mais de 50, 60%, porque o senhor diz que o senhor tá faturando, aí, oito milhões?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não. Faturei oito milhões/ano.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ano?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - É, ano.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Muito bem.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Seria muito bom se eu faturasse isso.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor tem transportes próprios?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nós temos próprios e terceirizados.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O roubo de carga, que o senhor se referiu aqui, foi nos transportes próprios ou nos terceirizados?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Próprios e terceirizados.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O ano passado, qual foi o índice de roubo de carga da sua distribuidora?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - O ano passado?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - O senhor diz em que termos, esse índice?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - No ano todo, quantos milhões o senhor perdeu e se foi recuperado alguma coisa ou se não foi.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu não posso precisar exatamente ao senhor, porque eu não vou estar falando a verdade. Eu não sei, mas...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor não sabe?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - O número exato eu não sei. Com sinceridade, eu não sei.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor só sabe dos últimos três meses, que o senhor informou aqui.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu falei ao senhor do, do caso de em 45 dias, aproximadamente, houve em torno de seis roubos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E eles entraram dentro do depósito e pegaram o veículo...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não. Eles pegam o veículo na rua.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Levam, como refém, o motorista?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Graças a Deus, sim, senhor. Dentro do depósito, não. Tem casos em São Paulo de entrarem dentro de depósitos. Eu ouvi falar.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E, desses produtos de furto, o senhor nunca encontrou na rede de farmácias que o senhor distribui esses produtos, uma vez que o senhor coloca nas notas o número do lote?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nunca encontrei e não tenho meios para investigar isso.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E não tem informação nenhuma também?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não tenho como investigar, Excelência.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Tá. O senhor também distribui remédios... A origem dos produtos que a distribuidora do senhor distribui, o senhor conhece todos os laboratórios?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Conhecemos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pessoalmente?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Pessoalmente, todos, todos, não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor distribui, por um acaso, o produto Aldomet?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não distribui?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor distribui o Stugeron?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não distribui?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Quais são os produtos, quantos produtos, na verdade, o senhor distribui então?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nós distribuimos aproximadamente três mil produtos, entre medicamentos e acessórios, produtos pra higiene...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Medicamentos também?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Medicamentos, sim.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Que linha de — vamos dizer — farmacológica de medicamentos a sua distribuidora distribui?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nós distribuimos, basicamente, produtos de linha popular.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Quais são esses produtos de linha popular?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Seriam vitaminas, antiácidos. Distribuímos, como eu relatei aos senhores, a linha que nós chamamos de acessórios.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O que são? Remédios, medicamentos acessórios?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, acessórios, que seria uma compressa, um esparadrapo, um algodão. Distribuímos a linha de varejos, que nós chamamos, que seria uma água boricada, um mercúrio, um Timerosal. Essa linha que nós trabalhamos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Tá certo. Sr. Gilberto, quando o senhor fala que o preço em que o senhor forneceu para a Prefeitura do Rio de Janeiro, ele já está enxuto, isto é, sem valores adicionais de propaganda, distribuição etc, que o senhor comentou, respondendo uma indagação de um colega nosso, e isto equivale, mais ou menos, pelo que nos foi informado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, uma diferença de mais de 95%. Eu pergunto: quanto é que custou para a MEDITA, que é a sua distribuidora, a sua empresa, para o senhor fornecer para a Prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, o Captopril 25 miligramas, um comprimido, com desconto de mais de 95%?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Eu informo na correspondência o valor que foi vendido para a MEDITA e o valor que a MEDITA vendeu para a, para a Prefeitura. Há um desconto de 9.1%, se não me engano, 9.1. Tá escrito...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Qual o valor?

O SR. GILBERTO PEREIRA - ...o Captopril aí. Foi vendido para a Prefeitura por 0.02, se não me engano...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Isso, isso.

O SR. GILBERTO PEREIRA - E...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E o senhor comprou por quanto?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Tá aqui. Um momentinho. Deixa eu ver aqui. É... 0,01.817.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Agora, me diz uma coisa...

O SR. GILBERTO PEREIRA - É 9.1 de desconto.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E essa, esse laboratório que o senhor comprou é a CIBRAN, é?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim, CIBRAN.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - CIBRAN. E o senhor consegue, o senhor está fornecendo nesse preço para a Prefeitura do Rio de Janeiro?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Estou fornecendo. Tenho um contrato de fornecer este ano neste preço. Se houver reajuste de preço, eles repassam o percentual. Mas se não houver reajuste de preço durante o ano, será este preço até o final do ano.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Se houver reajuste de preço, quem repassa?

O SR. GILBERTO PEREIRA - A Prefeitura autoriza. Por exemplo, se o, se houver uma, como ocorreu o ano passado, uma desvalorização da moeda, o Governo permite que a indústria corrija um percentual, os, os preços, aplicam um percentual no, para corrigir o preço do produto, é... sobre o impacto da, da, da correção... da desvalorização da moeda. Aí, nesse caso, a Prefeitura permite que se repasse. Se houver essa autorização. Mas, senão, vai ser esse preço até o final do ano.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - A sua distribuidora também distribui todos os tipos de medicamentos?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não. Só os da CIBRAN para órgãos públicos. Só os da CIBRAN.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor só trabalha, então, para órgãos públicos?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Só.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E o mesmo preço, o senhor, fora do Estado do Rio de Janeiro, o senhor fornece para mais outro Estado ou outros Municípios?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Fornecemos. Fornecemos pro Brasil todo, todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E todos os outros também é nesse mesmo preço?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Nesse mesmo preço, nesse mesmo preço.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É... o senhor...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Nesse mesmo preço. Há pequenas variações quando o cliente atrasa. Aí a gente não vai vender para um cliente que atrasa três,

quatro meses, pelo mesmo preço que eu vendo para a Prefeitura, que paga com quarenta dias.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É... e o senhor trabalha, então, com todas as, com todos os tipos de medicamentos, a sua distribuidora?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Só, só os que a CIBRAN, os medicamentos que a CIBRAN fabrica.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Então, o senhor é um distribuidor exclusivo da CIBRAN?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Só.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor só trabalha pra ela?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Só.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor não distribui mais nenhum outro medicamento?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não. Mais nenhum. Nada. Não tenho nem depósito. A mercadoria sai do depósito da CIBRAN direto para o cliente. Eu entrego a nota fiscal, ele emite uma nota fiscal contra a MEDITA, eu emito a da MEDITA para o órgão, entrego a ele, ele despacha direto. Sai do depósito, vem direto.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E nas suas notas fiscais consta o número do lote?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Tem. Tanto as da CIBRAN como as da MEDITA. Desde que a lei entrou em vigor isso consta. E nós temos rastreamento também. Nós sabemos para quem vende... Se houver necessidade de recolher um lote, nós sabemos onde foi vendido e mandamos recolher imediatamente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É... a distribuição, então, praticamente, o senhor apenas é um intermediador?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Só, só.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Porque quem entrega, na verdade, é a CIBRAN?

O SR. GILBERTO PEREIRA - É a CIBRAN.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É a CIBRAN. O senhor sabe também dizer se, pela CIBRAN, existe aí o índice de, de, de roubo de cargas?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não. É... nós sabemos, é... nós trabalhamos com uma transportadora. Elas todas, nós temos experiência na indústria farmacêutica de mais de quarenta anos. Então, roubo de carro, roubo, roubo de

carga sempre existiu. Evidentemente, nos últimos anos, pelo perfeccionismo das quadrilhas e pela deficiência da... do combate ao crime — porque eles progrediram mais do que a polícia em ter, em técnicas, em armamento etc. —, então, isso aumentou ultimamente. Eu, que o, da empresa, eu soube de dois casos de rou... caminhão foi roubado, roubaram e levaram mercadoria nossa.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor sabe dizer se a CIBRAN participou da concorrência na Prefeitura do Rio de Janeiro?

O SR. GILBERTO PEREIRA - A CIBRAN, não. A MEDITA participou.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não, a CIBRAN, eu tô perguntando.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não. A CIBRAN não pode participar — eu acabei de dizer — por ela estar em concordata. É uma empresa concordatária e a lei não permite.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Então o senhor, na verdade, é um, vamos dizer assim, apenas um representante para poder colocar no mercado os produtos da CIBRAN?

O SR. GILBERTO PEREIRA - É, é. Nos órgãos públicos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Nos órgãos públicos. É interessante essa posição, né? É... Sr. Presidente...

O SR. GILBERTO PEREIRA - É porque é um mercado importante. Além do aspecto social é um mercado importante.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Há quantos anos existe no mercado a CIBRAN?

O SR. GILBERTO PEREIRA - A CIBRAN está no mercado desde 1981.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor é sócio da CIBRAN também?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não, eu sou diretor da CIBRAN.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ah, o senhor é diretor da CIBRAN.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Diretor comercial.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E por sua vez o senhor abriu a empresa MEDITA pra...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, eu sou... eu sou gerente, sócio-gerente da MEDITA. Empresa...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E é diretor da CIBRAN?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Da CIBRAN.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ah, muito bem. Interessante. Uma empresa concordatária fornecendo para o Poder Público através de uma... de uma terceira.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Eu poderia vender através de qualquer distribuidor. Mas aí eles colocam margens absurdas no preço que compra e impossibilita fazer...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, eu requeiro a V.Exa., Sr. Presidente, um requerimento — depois posso fazer por escrito — que a empresa MEDITA junto com a CIBRAN possa fornecer a essa Comissão todos os compradores dela, todos os órgãos públicos, todas as... os entes federativos que comprem da empresa MEDITA, porque uma vez que há... existe apenas a ligação da MEDITA com a CIBRAN, na verdade a entrega é direto pela CIBRAN, e esta, por sua vez, está concordatária, eu entendo até que existe alguma coisa aí que precisamos analisar junto aos órgãos federais e eu gostaria de requerer agora a V.Exa. que o Dr. Gilberto pudesse mandar pra essa Comissão todos os clientes, o montante aí dos últimos três anos, né, os valores, os produtos fornecidos e os preços também. Por gentileza, eu gostaria de solicitar esse requerimento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Defiro o requerimento de V.Exa. e encaminharemos a S.Exa. Creio que não há nenhum problema em fornecer esses dados...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não, não, tá informatizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...e desde logo, se puder fazê-lo, **esponte sua**, pode fazê-lo. Mas nós vamos fazer oficial.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade de perguntar aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, gostaria de fazer pergunta aos dois expositores. Primeiro ao representante da ABRADILAN. Algumas perguntas que ia fazer já foram respondidas por Deputados que questionaram anteriormente, mas só pra ter uma idéia do nível dos participantes da ABRADILAN, a ABRADILAN pelo que eu entendi seria então uma associação de pequenos distribuidores.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O senhor confirma. Nós temos aí, digamos, no perfil das empresas, uma classificação, e eu gostaria que o senhor inserisse ou caracterizasse dentro do que nós entendemos assim em linhas gerais das empresas, com relação ao seu porte, ao seu tamanho, ao seu faturamento. Geralmente nós classificamos em microempresas, não é, pequenas empresas, médias empresas e grandes empresas. Os sócios da ABRADILAN estariam mais ou menos encaixados em que faixa?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu acredito que nas pequenas empresas.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - São pequenas empresas.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Pequenas empresas.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - A média de faturamento anual seria em torno de quanto? Uma média, uma aproximação.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu acredito que a média anual em torno de... dá uma média mensal de 300 mil, acredito, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Uma média mensal de 300 mil.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Trezentos mil, daria 6 milhões.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E quantos... quantas empresas estão associadas à ABRADILAN?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - São 51 empresas.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Cinquenta e uma pequenas empresas.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Pequenas empresas.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Exatamente por isso que V.Sa. também falou que não interessa às multinacionais utilizá-los como distribuidores.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Houve tentativa por parte da ABRADILAN ou individualmente de outras distribuidoras associadas de representarem, de fazerem gestão junto às multinacionais e essa tentativa foi recusada?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não tenho essa... essa informação, ou seja, não tenho nenhum caso pra relatar pro senhor.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Vou modificar a pergunta.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, eu entendi.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Vamos modificar a pergunta.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Pois não.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - V.Sa. inclusive é proprietário de uma dessas pequenas distribuidoras, não é?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - V.Sa. é... teria interesse em ser distribuidor de produtos das multinacionais?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Se eu puder, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E os demais membros também teriam esse interesse.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Ah, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E em função desse interesse V.Sas., V.Sa. ou algum colega seu da sua associação fez gestão junto à laboratórios multinacionais e essas gestões foram negativas?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Não chegou a fazer?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - V.Sas. têm interesse, mas não procuraram nenhuma multinacional?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E por quê?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Olha, eu acredito por falta de capital, por falta de capital.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - São exigências burocráticas, não é?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - São exigências burocráticas e... e são faturamentos muito altos. Então é falta de capital mesmo.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E... outra informação. Membros dessa associação, da ABRADILAN, elas... Já existiram algumas empresas que deixaram de fazer parte por aumentar o seu faturamento, entrar no circuito das grandes distribuidoras ou das médias distribuidoras?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, não. Também devido ao...
ao pequeno...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O grande problema é o capital.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - ...período que a associação
existe, né?

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - V.Sa. é... O roubo de cargas é
uma realidade já dita, inclusive com exemplos dado pelo representante da MEDITA,
né, da MEDITA e também por V.Sa. É uma realidade realmente, né?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - É uma realidade.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Nós sabemos que existe roubo
de carga de medicamentos. V.Sa. tem alguma informação e quem seria o
beneficiário desses... desses medicamentos roubados?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Olha, dedução minha, são as
drogarias que receptam, que compram esses medicamentos.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - É. Só quero... Faço essa
pergunta porque existem informações nessa CPI de que não só as farmácias
comprariam esses medicamentos roubados — algumas farmácias —, mas as
médias e grandes distribuidoras também comprariam cargas inteiras roubadas.
V.Sa. já ouviu essa informação?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não tenho essa informação. Não
ouvi também.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Não ouviu essa informação.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Como é que V.Sa. poderia nos
dar informações... Se não quiser também dar, pode se reservar o direito até de ficar
calado, porque vou perguntar talvez um assunto que V.Sa. prefira manter em sigilo,
e nós temos como também solicitar. V.Sa. tem conhecimento, como presidente da
ABRADILAN, da situação fiscal das empresas, das distribuidoras, das pequenas
distribuidoras associadas da ABRADILAN? São distribuidoras que, evidentemente,
têm um pequeno faturamento, como V.Sa. aqui já revelou, e que, por isso, não têm
acesso aos mesmos... aos grandes laboratórios nacionais. Mas, apesar de serem
pequenas empresas, V.Sa. tem idéia de como está a situação fiscal das associadas
da ABRADILAN?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - A minha idéia é que está em perfeita ordem.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Em perfeita ordem.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeita ordem.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - É um constrangimento pra V.Sa. ou é uma satisfação dizer e, inclusive, dar o exemplo... dar o exemplo da sua própria empresa?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não. É uma resposta de... de orgulho. É uma resposta e... de orgulho.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - É, porque imagino que, se a própria empresa de V.Sa. está bem com o Fisco, não há sonegação, é motivo de orgulho sim.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - É motivo de orgulho.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Muito obrigado.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - E por isso também que nós procuramos nos associar, para que um possa ajudar o outro. Há muita troca de intercâmbios. Um colega sai da Bahia e vai — digamos — no Rio Grande do Sul verificar o que o outro colega está fazendo, pra que ele possa fazer também, pra que nós possamos evoluir, pra que nós possamos aprender uns com os outros. Essa é a base, é a mola mestra da ABRADILAN.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Muito bem. Eu fiz aquela pergunta sobre se alguma empresa associada à ABRADILAN teria evoluído da situação de pequena distribuidora e passado para o time das médias ou grandes, porque nós temos acompanhado aqui a vida de algumas distribuidoras que tiveram um crescimento muito rápido. Em poucos anos, essas distribuidoras passaram de pequenas empresas para empresas que hoje faturam milhões.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - V.Sa. sabe que isso aconteceu, né, tem acontecido no Brasil, né?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E V.Sa. ouviu falar algo a respeito de sonegação fiscal nessas grandes distribuidoras?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Não tem conhecimento também.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Obrigado. Agora, gostaria de fazer algumas perguntas, Sr. Presidente, pra o representante da MEDITA. A MEDITA é uma subsidiária desse laboratório CIBRAN?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, é uma empresa independente.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - É uma empresa independente. Quem é o proprietário da MEDITA?

O SR. GILBERTO PEREIRA - É uma outra empresa chamada Tempo e... Tempo Participações Ltda.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - A Tempo é uma **holding**?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, é uma empresa comercial pequena.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Pequena. Mas ela é proprietária da MEDITA.

O SR. GILBERTO PEREIRA - É. Tem 99% do capital.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E que outras empresas pertencem a essa empresa Tempo, além da MEDITA?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não poderia... Não saberia responder ao senhor. Poderia até, depois, se for preciso, informar, mas não saberia dizer ao senhor.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Hum. E qual a relação, além dessa relação de representação, qual a... A CIBRAN tem alguma participação societária na MEDITA?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Nenhuma participação?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Apenas eu, como diretor, sou gerente da MEDITA, pra poder, é... administrar essa... essa relação de venda a Governo e acompanhar a... todos os procedimentos, desde o início da licitação, até o recebimento do dinheiro, porque o dinheiro tem que voltar pra companhia rápido.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Qual o cargo de V.Sa., então, no CIBRAN? Diretor comercial. V.Sa. já disse. E V.Sa...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Diretor comercial. A CIBRAN é uma empresa de capital aberto e eu sou diretor comercial.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E V.Sa. ao mesmo tempo é sócio-gerente da distribuidora.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sou, sou.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Então, V.Sa. acha que, com essa relação, a MEDITA não é então uma sucursal, uma subsidiária do laboratório?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não, não. Ela tem uma personalidade jurídica independente, sujeita a fiscalização, tudo direitinho. Não tem nenhuma rela... Ela apenas presta um serviço, porque, como nós dissemos aqui, nós fomos obrigados a pedir concordata, um direito que está na lei, e, no período em que nós estamos em concordata... Ela foi fundada praticamente meses depois da CIBRAN ter entrado em concordata, pra poder é... não tirar os produtos da CIBRAN do mercado hospitalar governamental e, com isso, a CIBRAN também não ter a sua renda, a sua receita diminuída.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Então, a MEDITA, como... conforme o senhor acaba de pronunciar aqui na... perante essa CPI...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Foi, foi fundada...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - ...a MEDITA foi fundada exatamente para resolver o problema concordatário do laboratório.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não, não...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O senhor acabou de afirmar.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Resolver o problema, não.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O senhor acabou de afirmar aqui.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, não, eu não disse essas palavras.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O senhor disse que foi no tempo em que foi... que houve o problema do laboratório, resolveu-se, então, criar a MEDITA.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Foi isso que o senhor afirmou.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Mas não foi pra resolver, foi para não...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Não reduzir a receita.

O SR. GILBERTO PEREIRA - A CIBRAN não perder a receita...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Evidentemente.

O SR. GILBERTO PEREIRA - ...e possibilitar que haja o levantamento da concordata, o que está ocorrendo.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sim, mas é exatamente isso. Ora, veja: se o senhor diz aqui que o laboratório teve um problema...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Pra ajudar a resolver, ajudar a resolver.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Então, o senhor disse que o seu... o laboratório teve o problema. Por esse problema, ficou impedido de vender. E aí, então, conforme o senhor acaba de dizer, foi criada essa empresa pra resolver exatamente o problema da incapacidade do laboratório de vender para o Poder Público, não é verdade?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim, exatamente. Exatamente.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Quem são os sócios da Tempo, então, essa que o senhor se referiu há pouco tempo?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não sei, não sei. Não poderia dizer ao senhor agora, porque não sei realmente.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Mas o senhor é sócio-gerente de uma empresa que pertence à Tempo e não sabe quem são os sócios-gerentes da Tempo?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não sei, não sei, não sei. É uma família, não sei, é uma família do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Há quanto tempo... há quanto tempo o senhor trabalha pra esse... é diretor comercial da CIBRAN?

O SR. GILBERTO PEREIRA - A CIBRAN... Eu sou diretor comercial desde 1981.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Portanto...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Tem quase vinte anos.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Há dezenove anos.

O SR. GILBERTO PEREIRA - É.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E o senhor foi indicado, então, pelo laboratório, para ser o sócio-gerente da MEDITA?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Para... Exatamente. Eu concordei, eu concordei.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E o senhor concordou?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Concordei.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E o senhor sabia que a MEDITA pertencia à Tempo?

O SR. GILBERTO PEREIRA - A MEDITA pertencia a uma outra empresa que foi vendida pra Tempo, há pouco tempo atrás.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Que empresa era essa?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Era... Não lembro agora. Tem uns dois ou três anos.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E a Tempo, quando foi fundada?

O SR. GILBERTO PEREIRA - A Tempo já era uma empresa que existia no mercado. Também não sei quantos anos tem.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E o senhor está na MEDITA há quanto tempo, como sócio?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Desde noventa... final de 95, 96.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Há quatro anos, portanto.

O SR. GILBERTO PEREIRA - É.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E a Tempo entrou nesse processo de composição de propriedade há quanto tempo?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Acho que uns dois anos atrás.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Uns dois anos?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Então, o senhor não tem a informação, não sabe quem são os donos do Tempo, se tem alguma ligação com o laboratório...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não tenho, não tenho.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Não tem nenhuma ligação?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não tenho nenhuma.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Ah, aqui no Item 2 daqui dessa carta está dito o seguinte: "Os preços cotados pela MEDITA nas licitações públicas,

Sr. Presidente, são fornecidas pela CIBRAN — os preços cotados —, que concede à MEDITA o desconto de 9,1%".

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O que que isso significa? Significa que se, por exemplo, o CIBRAN pudesse vender pro...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Ela venderia pelos mesmos preços que a MEDITA está vendendo.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Bom, e esses 9,1%, o laboratório já que... isso é... Deixa eu melhorar a pergunta. Esses 9,1% representa remuneração da... da... da MEDITA?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Da MEDITA, da MEDITA e para pagar os impostos que essa diferença de preço... é... obriga ela a pagar. Diferença de... Paga PIS, COFINS... é... diferença de ICM... Recolhe. Ela é obrigada a recolher.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Eu sei, eu sei que é. É uma empresa. É. Então, esses 9,1% é o que...

O SR. GILBERTO PEREIRA - É uma remuneração.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - É uma remuneração. Se é uma remuneração, esse dinheiro entra no caixa da MEDITA.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Da MEDITA.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Não do laboratório?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Da MEDITA.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Não entra no caixa do laboratório?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, da MEDITA.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O laboratório paga à MEDITA?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Paga à MEDITA. Dá... dá como desconto, né?

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Como desconto. Se não entra no caixa do laboratório, o senhor admite que, se o laboratório pudesse vender diretamente ao Poder Público, essa venda seria 9,1% mais barata?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não, poderia ser 9,1% mais barata ou poderia ser o mesmo preço que a MEDITA vende. Poderia ser nove, 9%.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Mas o senhor admite que poderia ser...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Admito. Admito.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - ... 9,1%?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Admito, admito.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Ou seja, o senhor admite que essa intermediação da MEDITA representa um acréscimo de 9,1%?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Admito.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, nobre Deputado. Tem a palavra o último orador inscrito, o nobre Deputado Bispo Wanderval.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero ser bem sucinto na minha intervenção, Sr. Presidente, perguntando ao Dr. Wilson Roberto Gonçalves, da ABRADILAN. Dr. Wilson, o senhor... é... declarou aqui que teve, por seis vezes, roubado é... no Estado de São Paulo as suas cargas roubadas, né? Por favor.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - É... Dr. Wilson, isso no ano de 99?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - No ano de 99.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Seis vezes. O senhor registrou os boletins...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Registre todos.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - ...das seis ocorrências?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Todas.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - E o senhor... é... não recebeu comunicação por parte do Polícia Militar de que essa... essas cargas... é... poderiam ser revistas?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - E nunca aconteceu na sua empresa, não no ano de 99? Quantos anos tem a sua empresa?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - A empresa existe desde 1977, e eu estou na empresa de... desde 84.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Desde 84.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Então, mais de quinze anos, né?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Mais de quinze anos.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Agora... é... independente de 99... é... Naturalmente que não só foi no ano de 99, mas nos outros anos anteriores também houve roubo de cargas.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Também. Também houve roubo de cargas.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - E o senhor nunca, nunca "reaveu" nenhuma carga roubada?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu tinha... eu tinha seguro inclusive.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - O senhor tinha seguro?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Nós... Teve uma época que nós tínhamos seguro. Depois...

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - E por que que acabou o seguro?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - O seguro cancelou o... a apólice devido a incidência de roubos.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - É? Agora, e nesse... anterior ao ano de 99, nas cargas roubadas, o senhor já "reaveu" alguma carga?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Cheguei a rever uma carga sim.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Uma carga?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - E a sua empresa tem o cuidado de... de... de... do controle dessas cargas, de... de... de... vencimentos dos medicamentos?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Qual o nome da sua empresa?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Prestofarma.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Prestofarma. Dr. Wilson, se a... essa Comissão, a CPI, ela quebrar o sigilo bancário e fiscal... é... não seria encontrado nenhuma irregularidade fiscal na prática do BO, que o senhor, segundo declarações, nem conhece? O senhor não conhece realmente a... a prática do BO?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Volto a... a... a afirmar ao senhor, porque houve um... um posicionamento e que eu estou passando uma coisa pra vocês e que... pra os senhores, pra S.Exa., me perdoe, que eu não conheço o... a palavra BO. Eu conheço a palavra BO como bonificação. Agora, digo aos senhores, mais uma vez, com toda a certeza do mundo: nós praticamos descontos em nota fiscal. O senhor entendeu? Com toda a certeza, coloco a minha empresa à disposição dos senhores.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - À disposição pra...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - À disposição dos senhores.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - ... toda e qualquer fiscalização.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Coloco.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - E investigação.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Coloco à disposição dos senhores.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Muito bem. Dr. Wilson... é... eu não entendo como é que o senhor representa um grupo de laboratórios — me parece que dez laboratórios... É isso?

(Não identificado) - Distribuidoras.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Distribuidoras, melhor dizendo.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - São 51 distribuidoras.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Cinqüenta e uma distribuidoras.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Associadas.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - E o senhor confirma... é... que o senhor não conhece esse... essas distribuidoras?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu não conheço. O senhor poderia me... me dizer como não conhecer? Eu conheço os...

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - O senhor é presidente de um grupo de distribuidoras.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu sou presidente de um grupo de distribuidoras.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Mas o senhor falou aqui à Comissão, textualmente, que o senhor não conhece nenhuma da... da... dessas distribuidoras. Faturamento... Quer dizer, o senhor não tem um controle...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Essas informações nós não temos. Eu disse isso, sim, senhor. Com... com... toda a certeza.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - O senhor confirma isso?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu confirmo que não tenho as informações de faturamento, sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Ele deu a média aqui. Ele deu a média.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu dei uma média, inclusive. Agora, oficial, nós não temos, tá? Nós temos uma pessoa que cuida, né, das informações da ABRADILAN. Podemos perguntar pra ele. As distribuidoras não informam.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Muito bem. Sr. Presidente, não sei se já foi requerido, no plenário de hoje, algum requerimento com respeito a essas informações dessas empresas ligadas à ABRADILAN, da qual o Dr. Wilson é Presidente, porque, se não foi requerido, eu também requeiro que a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foi requerido que ele enviasse as empresas maiores, não, não...

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Não as 51.

(Não identificado) - As dez maiores.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - As maiores. As dez maiores foi requerido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - As dez maiores já foi requerido.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Foi requerido. Então está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foi deferido.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Agora, Sr. Presidente, eu encerro aqui a minha intervenção, dizendo que, independentemente de estarmos aqui na CPI, eu digo até, inquerindo na parte burocrática, eu acho que nós teríamos que sair numa auditoria séria. E pelo que foi colocado aqui, tanto pela MEDITA, como pela ABRADILAN, nós já teríamos indícios bastantes para fazer uma auditoria, uma investigação e fiscalização dentro desses laboratórios. Da qual também, não sei se V.Exa. permite, eu estaria fazendo requerimento por escrito, se for o caso, ou não — me dirijo à Mesa agora — um requerimento que diz respeito a fazer essa

auditoria, inclusive pedindo a quebra de sigilo bancário e fiscal da ABRADILAN e também da MEDITA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado, V.Exa. faça seu requerimento, que nós submeteremos ao Plenário da Câmara, entendeu? Da Câmara, não, da Comissão.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Da Comissão.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Só pra aditar a colocação feita pelo Deputado que me antecedeu e dizer que também, como o representante da MEDITA não deu informações satisfatórias aqui, não soube informar a composição, quem são os donos da Tempo, que é uma... dona da outra empresa, eu também faria um requerimento no sentido de colher todas essas informações.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Os requerimentos serão oportunamente submetidos ao Plenário. O Sr. Relator, que chega de viagem, participa também dos debates, ocupando a palavra como último orador agora inscrito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, eu tenho três colocações a fazer. A primeira, ao Dr. Wilson Roberto Gonçalves. O senhor é Presidente da ABRADILAN, que é uma associação?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Sim, senhor, uma associação.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Indago a V.Sa. o seguinte: se o preço... se V.Sa. concorda que o preço do laboratório, para efeito da Portaria 37, se é um preço notoriamente artificial. Porque, se não é, V.Sa. achar que não é, como justificar tanta margem pra desconto pelas distribuidoras?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - É, V.Exa., eu... Nós, enquanto distribuidores, recebemos a mercadoria da indústria com uma margem de desconto, que, inclusive, foi dito aqui a vocês. Esse desconto representa em torno de 20 a 30%. E, em cima desse preço, nós repassamos a mercadoria, nós vendemos. Não sei se eu não entendi ou se fui claro ao senhor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pela portaria, cabe à indústria fixar a base de preço final sobre cuja base é calculada a margem do varejo, não é verdade? Os 30% do varejo, não é?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Certo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, então o que V.Sa. está dizendo é que, na fixação desse preço pelo laboratório, pelo fabricante, ele deixa uma gordura pra descontos?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Se não for dado o desconto, o varejo calcula 30% sobre essa gordura.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Se não for dado o desconto...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Sa. confirmou que, no preço fixado pelo laboratório, há uma gordura, uma margem pra desconto, até, digamos, 20% do valor.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Do preço, do preço...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Fixado pelo laboratório.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito. Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem. E se esse desconto não for dado, teoricamente, não vamos... porque não há nada que se saiba se foi dado ou se não foi. Se não for dado, quem é... for aplicar no varejo os 30% aplica sobre esse total do preço do laboratório originário, não é?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Veja bem V.Exa.: se o laboratório não repassar esse desconto, o laboratório vai ter que arcar com custos de transporte.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não, porque... Mas, aí, já tá composição do custo dele. Quando ele dá o preço para aplicação dos 30% do varejo, inclui tudo. É uma planilha de custo, tem transporte, tem insumo, tem pessoal...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu estou entendendo... Eu estou entendendo que o senhor está perguntando pra mim que, se, digamos, a indústria não repassar os 30% ou

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...tem transporte, tem insumo, tem...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Eu estou entendendo, eu estou entendendo que o senhor está perguntando para mim, se, digamos a indústria não repassar os 30% ou 20% ao distribuidor — eu quero entender o senhor para que eu possa ser bem claro ao senhor —, se a indústria não nos repassar 20 ou 30% de desconto, pra nós distribuidores, ela vai vender diretamente para o varejo. Ela

vendendo diretamente ao varejo, ela pode diminuir o preço dos produtos que ela vende. É isso que o senhor está me perguntando?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não, eu estou lhe perguntando, eu vou tentar ser mais claro também. Ficou claro aqui nesta CPI que o distribuidor repassa, vende ao varejo pelo preço fixado pelo laboratório. Nem mais nem menos.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não é verdade? Vamos imaginar que o laboratório fixou o preço em dez reais.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Certo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - De uma unidade de produto. O senhor repassa esses dez reais pra mim que sou dono de uma farmácia. Esse produto por dez reais. E eu tenho com base na portaria 37 a permissão de calcular até 30%. Vender por treze.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Concorda. Que a portaria faz um tabelamento pelo mapa. Muito bem. Nesses dez reais aqui desse produto, o que o senhor está me dizendo é que há já embutido uma margem de desconto. Se o senhor quiser pode vender com desconto.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, o consumidor está sendo onerado por uma gordura na composição do preço, que pode ser repassada pra ele e pode não ser.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Concordo com o senhor plenamente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, era isso que eu queria saber. Então, a portaria 37, ela tá consagrando essa possibilidade. Eu não quero entrar em caso complexo...

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito. Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Quer dizer, se você diz que é dez, nesses dez você e pode embutir já 20% como presumido o desconto.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Concordo com o senhor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E eu que sou dono da farmácia calculo sobre dez e vendo por treze.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES .- Então, nós estamos vendo que essa portaria consagra, legaliza, margens de descontos que podem ou não ser repassadas ao varejista e conseqüentemente ao consumidor.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Era esse o convencimento que eu tinha, que eu queria ouvir a sua experiência. Bem, ao Dr. Gilberto, Presidente da MEDITA, eu indago ao senhor o seguinte. Diga-me uma coisa: alguma vez já houve algum caso de produtos com essa firma concordatária CIBRAN, vendidos pela MEDITA? Que ao que me consta, na concorrência do Rio de Janeiro, todos os medicamentos fornecidos pela MEDITA foram da CIBRAN, né?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Foram.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Todos. Já houve algum caso de má qualidade de impugnação, de alguma auditoria feita comprovando a má qualidade de um determinado produto da CIBRAN, nesse processo licitatório em venda ao consumidor?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Não senhor. Não senhor. Quando há qualquer anormalidade a própria empresa faz o recolhimento.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu tenho uma informação que no controle de qualidade feito pelo INCQS — Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde foi encontrado irregularidade no produto Cibramox.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não é produzido por pela ...amoxicilina é o princípio ativo, né?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E que foi encontrado comprovada a má qualidade do lote: CD 8 H 36. E esse lote, Cibramox, foi apreendido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e inutilizado. E V.Sa. disse que nunca tinha ocorrido isso. Essa informação que eu tenho é verdadeira ou não é.

O SR. GILBERTO PEREIRA - É verdadeira.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então ocorreu.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Ocorreu.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E a quem tinha sido vendido esse lote?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Vendido a vários clientes, inclusive à Prefeitura. E nós recolhemos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Inclusive à Prefeitura do Rio de Janeiro comprara...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Agora, fora esse caso há algum outro?

O SR. GILBERTO PEREIRA - Deputado, o INCQS questionou o outro lote de Cibramox por causa dos dizeres da embalagem. E ele solicitou que o produto fosse recolhido e nós contestamos, porque o texto que eu uso na embalagem, que a companhia usa na embalagem é o texto aprovado pelo Ministério da Saúde. Então, ele questionou. Botou como a qualidade não estava boa mas por problema de texto legal de embalagem, não foi a qualidade do produto.

(Não identificado) - Foi Cibramox suspensão. Então, ele questionou, botou como a qualidade não estava boa, mas por problema de texto legal de embalagem, não foi a qualidade do produto.

(Intervenção inaudível.)

O SR. GILBERTO PEREIRA - Foi Cibramox suspensão.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, fica a informação de V.Sa. sobre esse fato. Nós estamos num processo de investigação, inclusive junto à Agência Nacional de...

O SR. GILBERTO PEREIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...e qualquer outra complementação nós tomaremos a liberdade de pedir informações *(ininteligível)* por escrito posteriormente.

O SR. GILBERTO PEREIRA - Pois não, pois não. Estaremos aberto.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Por fim, ainda ao Dr. Wilson. Essa questão de desconto, quando é dado, como é que fica na nota fiscal? É claro, não é claro, não é uma porta aberta pra sonegação? Vamos admitir que desse produto que vale dez, porque o laboratório disse que valia, ele... ele passa para a... para a distribuidora com uma margem de 20%, tem dois reais... pode ser dado dois reais de desconto ou um e meio etc. Quando é dado os dois... são dados os dois reais de desconto, como é que fica isso na nota fiscal?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - É registrado em nota fiscal.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Como?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Como desconto comercial.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sim, mas o senhor não recebeu do laboratório o produto como o preço sendo dez?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Não, nesse caso eu recebi o... do laboratório o produto, com o caso que o senhor citou, 20%, eu recebi a 8 reais.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O desconto é dado pelo laboratório ao varejista ou pelo distribuidor?

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - O desconto é dado pelo laboratório ao distribuidor, e o distribuidor repassa ao varejista.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Repassa todo o produto, portanto faturado pelo laboratório ao distribuidor e já vem com essa margem de desconto.

O SR. WILSON ROBERTO GONÇALVES - Deixa eu... eu dar um exemplo ao senhor: digamos que um produto custe um real. Eu paguei oito reais... Eu paguei oitenta centavos no produto. Eu vou vendê-lo a um real para o varejista, pro dono da farmácia.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Cada vez mais eu me convenço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que essa portaria é a legalização de um cartel neste País. Quer dizer, uma economia de mercado não pode ficar atrelada a esse tipo de procedimento nascido do próprio Estado, porque onde é que está a capacidade criativa de redução de custos, tanto do distribuidor quanto do varejista. Quer dizer, essa portaria atrela a um preço preestabelecido e vai mais além, ainda dá uma margem de 30%, quer dizer, é um tabelamento... Tabelamento geralmente é pelo mínimo, aqui é pelo máximo. Quer dizer, uma inversão total da lógica. Sr. Presidente, estou satisfeito com as indagações e apenas queria, Sr. Presidente, registrar que o jornal **O Estado de S.Paulo** de hoje divulga uma notícia sobre denúncias repetidas do Conselho Federal de Medicina aqui do Distrito Federal, e eu sei que V.Exa. é muito zeloso no trato desse assunto, remetendo todas essas denúncias que são feitas ao... ao... à SDE, que já tem um procedimento para apuração de abusividade de preço de medicamento instaurado a pedido dessa CPI. Apenas eu sei que V.Exa. terá esse cuidado, mas eu gostaria de, publicamente, é... não é o caso de lembrar, mas observar que essa... essa denúncia do Sr. Barbosa, de aumento de oitenta e tantos por cento ocorrida no último mês, que veio... ao que eu sei, extra-oficialmente, foi formalizada à CPI, certamente V.Exa. vai encaminhar à SDE para instruir a investigação já em curso. Era apenas essa observação e o

pedido de esclarecimento que faço a V.Exa. a respeito desse tema para que não parem dúvidas sobre presumida omissão da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu devo esclarecer ao Sr. Relator e aos Srs. Deputados que já há questão de um mês atrás, sem que houvesse nenhuma iniciativa do Dr. Barbosa, nós requeremos informações diretas aos laboratórios que haviam feito aumentos e que foram denunciados pelo Dr. Barbosa na imprensa. E já requeremos essas informações e estamos passando um controle dessas planilhas e dessas respostas ao Srs. Deputados. Inclusive há um laboratório de São Paulo que voltou atrás e recuou. Eu, pela morosidade do... pedi à assessoria que examinasse esses aumentos e esses laboratórios pra ver quais os que nós já pedimos informações, pra ver quais os outros que nós pediríamos... poderíamos pedir informações. E eu acho até que não seria demasiado se nós, além da sugestão de fazer isso ao Sr. Considera ao CADE ou à Secretaria de Direito Econômico ou à Defesa do Consumidor, requisitássemos também as razões dessas empresas e talvez até convocando algumas das principais para que viessem aqui. Eu apenas pedi pra fazer, porque esta Presidência tem assinado tantos expedientes que eu não gostaria de fazer um **bis in idem** aí, entendeu, sem que a Secretaria... Tinha determinado à assessoria que me fornecesse todas essas informações pra propor ao Plenário, agora pela manhã, alguma decisão. Todavia, a assessoria não conseguiu coligir todas as informações, e eu fico então na dependência de propor, na próxima reunião, todas essas informações, sem, eu acho, impedir que as providências que V.Exa. está solicitando, outras que foram meramente administrativas, eu possa tomá-las até então e prestar contas. É isso que eu gostaria de informar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pra tentar colaborar com a preocupação, digamos, a resolução dessa preocupação que o Relator levanta, talvez coubesse — e fica a critério do Sr. Relator e da Presidência — solicitarmos junto à Secretaria de Acompanhamento, digamos, quais os laboratórios promoveram aumento, que argumentação desenvolveram, pra que a gente, por essa argumentação, possa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela planilha, é... Pela portaria, malsinada portaria, eles apenas justificam até dez dias depois as planilhas de custos deles, entendeu? Não é? E não se tem notícias de que essas planilhas tenham servido, ou quando serviram para processos no CADE, não se tem notícia de punição de ninguém.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, V.Exa. se lembra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Nós podemos pedir... Vou fazer administrativamente isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deixe eu sugerir a V.Exa., veja. Eu acredito que os critérios usados neste último momento são os de sempre, né? Pode haver alterações, mas pode prevalecer uma lógica que é mais ou menos permanente na indústria. Quando nós estivemos em Farmanguinhos, os técnicos de lá disseram que se eles olharem a planilha, eles são capazes de identificar, digamos, se a planilha de custos está correta ou não, sentido geral. Então, não sei se caberia — acho que sim — que nós pedíssemos tanto os laboratórios que aumentaram, não só os denunciados. Todos que aumentaram, as respectivas planilhas e, quem sabe, a CPI proceder a uma análise dessas planilhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Me dá uma relação dos que responderam, então.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E pedir a ajuda de quem pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Engraçado que eu acho agora V.Exa. bem mais construtivo do que antes.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu sempre sou, Presidente. É que eu estou achando que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou deferir de pleno o requerimento de V.Exa...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...pra encaminhar para o... todas as planilhas que eu já recebi me antecipando, porque eu já tenho umas do mês passado. Onde é que estão as planilhas? Aqui, oh! Tenho aqui uma planilha... Já foi distribuído cópias para os Srs. Deputados? O item quatro.

(Não identificado) - Foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Item 4. Eu tenho aqui... são uns quarenta, trinta a quarenta laboratórios. Alguns ainda não

mandaram, quase todos mandaram a planilha dos custos. Mas é esse do aumento ou não? Não, é do aumento, não é isso não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Acho que essa planilha é anterior.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não. É planilha de custos dos aumentos, oh moço. Eu tenho dificuldades de me entender. Tá numa planilha dessas aqui. Aquele que consta Laboratório Zurita, por favor, que nós já pedimos. E eu vou encaminhar pedindo para eles examinarem. Está aqui ela. A número cinco.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A número cinco são todos: o Astra, Asta Médica, o Bravir, o Goulart, o Fontovit, *(ininteligível)*, a Api-Nutre, Zurita, Regis(?) e Apinafarma(?). Foram aqueles que mais aumentaram — esse não é mais, é esse só? — que aumentaram no último mês que foi publicada a matéria. E vieram aqui as cartas de explicação. Nós demos prazo de cinco dias. Eu posso já submeter isso. Eu determino à Secretaria que submeta ao Farmanguinhos o exame dessas justificativas de aumento, entendeu, de acordo como pede o Deputado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pela ordem, porque V.Exa. falou a respeito da... do acompanhamento que a CPI tá fazendo quanto às respostas, o envio por parte dos laboratórios das planilhas de custo de medicamentos. Eu gostaria de acrescentar a essa preocupação outras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Gostaria de acrescentar outra preocupação. Ontem, no dia de ontem, nos foi distribuído uma relação de todos os requerimentos que foram aprovados com os números dos ofícios que encaminharam aqueles pedidos de informações aos diversos Ministérios e laboratórios particulares e a ABIFARMA, enfim, a vários órgãos e instituições. E eu fiz um levantamento de alguns requerimentos de minha autoria, cujas informações

solicitadas eu considero importantes e urgentes pra o nosso trabalho de investigação. Eu separei, Sr. Presidente, pra que V.Exa. tenha uma idéia, dezesseis dos requerimentos já aprovados que V.Exa. já encaminhou o pedido de informações. E desses dezesseis que eu separei sete não obtivemos respostas até agora. E olha a data: 22. É... que o requerimento foi enviado no dia 2 do mês de março. Ou seja, mais de um mês atrás e nós não temos respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foi cobrado isso aí.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, eu até acho que a CPI tem cobrando, vem cobrando, mas nós temos de ser mais rígidos na cobrança, porque não é possível um ofício que a CPI enviou no dia 2 de março até agora não foi respondido. E são respostas importantes, Sr. Presidente. Então que fosse preparado novamente com todo o rigor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, eu já determinei, nobre Deputada...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...e poder que tem essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu já determinei a elaboração dessas listas pra que todos os Deputados pudessem acompanhar os seus requerimentos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Foi o que foi distribuído a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... para que não ficasse só na responsabilidade da assessoria. Assim, cada Deputado pode fazer o que V.Exa. está fazendo: acompanhar. Vou reiterar, vou dar um prazo a todos esses que é... o prazo se esgotou, vamos dar o prazo de três, quatro dias, senão vamos requisitar por outros meios ou vamos pedir uma auditoria, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Muito obrigado, concordo com o encaminhamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós vamos fazer isso e qualquer Deputado que se sinta prejudicado pelo andamento... E, como podem ver, são planilhas e planilhas. E mandei também agrupar por assuntos: quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo fiscal, informações e planilhas e tudo pra que também se pudesse acompanhar e ter setorizado. Então eu acho que está bem especializado pra que os Srs. Deputados possam acompanhar e eu também possa

ser advertido a tempo das... das coisas. Bom, das coisas que não estão em dia. Nós convocamos... Não havendo mais nada a tratar, eu convoco a...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, é... eu só queria saber qual é a pauta da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É isso que eu ia informar, como é regimental. Na próxima semana, nós teremos na quarta, na... na... no dia 12, quarta-feira, às 14h, uma reunião com as seguintes entidades: Abbott Laboratórios do Brasil, Akzo Nobel, Bayer, Boehringer Ingelheim, Bristol-Myers Squibb, Aventis Behring (Centeon) e Eli Lilly do Brasil. São sete laboratórios na próxima quarta-feira. Na quinta-feira, estamos convocando os senhores (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu ainda que... me perdoe a ininterrupção, mas eu sei que tá agendado previamente na quarta-feira, entretanto o Presidente da Casa — eu entendi assim, eu peço que se confira —, mas que na quarta-feira vai haver votação de manhã de tarde e de noite. Então, era bom verificar isso. Eu posso ter compreendido mal, por que tava indo e vindo. Conferi com um Deputado que tava próximo e ele falou: "É. Foi o que foi anunciado". Não sei se alguém ouviu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas isso não tem problema, Presidente, a gente vai e volta, vai e volta.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu gostaria então de sugerir quem sabe a alteração no horário. Está previsto para que horas, 10h?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - 14h.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quatorze?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Porque às 10h eu não posso convocar porque são reuniões técnicas da Câmara.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É antecipar. Treze horas eu acho que era mais... por que vão ser sete representantes. Se puder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu como, quando dá, como um sanduíche não tem problema nenhum. Os senhores estão acostumados a se esbaldar em banquetes e tal, entendeu?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É verdade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que como os convites já saíram, Presidente, mudar agora vai ser ruim, entendeu? Está 14h, a

gente tenta adaptar a Ordem do Dia. A Ordem do Dia nunca vai começar às 2h, só começa de quatro e meia. A gente dá uma acelerada no encaminhamento aqui. Acho que mudar agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É, eu... eu... eu não tenho uma informação concreta, se tivesse eu faria. Eu tenho receio, Deputado, de antecipar por uma hora e realmente se houver uma sessão extraordinária pela manhã estarmos em votação a uma hora e que às duas necessariamente pára. Então, não é? Então eu acho que ficaria. E o dia... a quinta-feira, entendeu, ao invés da audiência ao Presidente — surgiu problema de agenda —, estou convocando a Astrazeneca (Astra Química), a Bik(?) Química Industrial, Química farmacêutica, os laboratórios Biosintética, o Janssen-Cilag Farmacêutica, o Searle do Brasil (Monsanto do Brasil) — é um departamento —, Merck S.A. Indústrias Químicas e Merck Sharp & Dohme — devem ser duas empresas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - São duas Merck, sim. São duas Merck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - São duas Merck. Bom, tem dois presidentes diferentes. Para quinta-feira, entendeu, que estão convocadas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E a do Presidente, tá suspensa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá suspensa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Houve um problema de agenda.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ainda bem que nós mantivemos, então, a convocação de quinta. Íamos cancelar por causa do Presidente. Ainda bem que nós não cancelamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agora, nós estamos vendo a reunião, a agenda pra próxima semana, de terça e quarta-feira, que é a Semana Santa, para ver. Eu estou aceitando sugestões dentro daquele roteiro do que fazer. Eu estou conversando com o Sr. Relator também, para a gente ver que audiências fará na terça. Eu penso, pessoalmente, que nós devemos fazer, no mínimo, na terça e quarta-feira, porque terça e quarta-feira — eu estou informado — haverá Ordem do Dia, votação, e os Deputados estarão aqui. Houve quem me sugerisse de fazer na sexta-feira da semana que vem a reunião.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que é isso? Tá louco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E também houve quem me sugerisse fazer na segunda-feira da Semana Santa, pela tarde, mas eu tenho... tenho visto que muitos Deputados... Então eu vou deixar em...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na segunda-feira da outra semana, a Comissão vai a Pernambuco e Ceará, né? Na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A idéia do... do... do...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É na outra segunda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É na semana do dia 17 de abril...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, dia 17...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...porque o Deputado Linhares, que é da região, pediu, porque ele não podia dia 17. Então, eu estou submetendo uma agenda aos Srs. Deputados dessa reunião se dar na segunda-feira: começaríamos na segunda-feira pela manhã, em Fortaleza, numa visita à Faculdade de Farmácia, e depois uma visita à Farmacologia Clínica da Universidade Federal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dia 17, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dia 17.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ao meio-dia, a gente se transferia pro Pernambuco, faria uma visita aos laboratórios de Pernambuco e voltaríamos ou à noite, via... via Bahia — eu acho que não há problema nenhum, não é? — ou, então, diretamente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não pode passar por Pará e Bahia ao mesmo tempo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, está em discussão esse roteiro. Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Obrigado, Sr. Presidente. Realmente, assumi essa loucura da sexta-feira e da segunda, mas é, aparentemente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não dei nome, eu não dei nome, não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...é em razão do seguinte: eu temo, a diligência, não, mas eu temo numa Semana Santa, por mais que o Presidente da Casa exija, um recesso branco. Pelo menos isso foi a tradição da Casa. E a gente convocar reuniões importantes e, depois, elas se esvaziarem e, depois, tem até a imputação, foi requerida para a Semana Santa porque sabia que não vinha muita gente, e tal. Esse foi o meu temor, porque a tradição da Casa é que, por mais rigor que exista, a frequência não é, talvez até o Presidente esteja fazendo esse... esse **tour de force** na quarta-feira próxima já para compensar a Semana Santa. Então, eu achava, em princípio, que a Semana Santa nós podíamos concentrar nessa diligência do Ceará e de Recife. Já seria um trabalho efetivo da Comissão. Foi o que eu ponderei a V.Exa., e V.Exa. disse que ia discutir no plenário, então, eu tomo a liberdade de ponderar isso, porque eu tenho medo de... da ineficácia de reuniões terça e quarta-feira da Semana Santa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela ordem. Acho que podia dispensar os dois convidados, porque já não têm mais nada a fazer aqui, e na discussão interna... e eles estão aqui sem participação. Dispensar os dois convidados, e a gente continua o nosso bate-bola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria que eles ficassem para, com a presença deles, entendeu, exercer uma pressão aos Srs. Deputados. Mas aceito a sugestão. Quero agradecer a presença aqui do Dr. Wilson Roberto Gonçalves, Presidente da ABRADILAN, e Dr. Gilberto Pereira, Presidente da MEDITA Representações. Agradeço a contribuição que fizeram e lhes cobro, desde logo, a presteza nas informações com que se comprometeram com esta CPI. Muito obrigado. Estão dispensados. *(Pausa.)* Dispensados... dispensados, prossegue V.Exa. V.Exa. pediu a palavra. Tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se prevalecer a hipótese que o Sr. Relator levanta, e que me parece que, pela experiência, devemos levar em conta, talvez fosse o caso de, na Semana Santa, concentrar no Nordeste e, se tiver alguma outra diligência — não sei se tem —, a CPI realizar. Qual audiência está marcada para a Semana Santa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não... Eu não irei, durante a Semana Santa, pro Nordeste. Quero dizer desde logo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas dia 17 não é da Semana Santa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dia 17... dia 17 é segunda-feira. Nós vamos fazer segunda-feira, e o roteiro... o roteiro de segunda-feira tá completo e atende segunda-feira. Agora, nós temos terça e quarta-feira. Se trata de nós não decretarmos que a CPI não trabalhe nesses dois dias. É essa a proposta de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Então...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não tô propondo que não trabalhe, até porque eu disse que, se prevalecer a hipótese que o Sr. Relator levanta — e, pela experiência, é o que deverá ocorrer —, o que eu propus é que a gente concentre, durante a Semana Santa, além da ida no Nordeste... Se tiver alguma outra iniciativa que cabe à CPI e não depende do normal funcionamento da Casa, que nós executemos, tipo outra ida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não há nada que não... Não há nada. Essa estória, Deputado, que se diz aqui de vamos fazer trabalho interno... Eu convoco trabalho internos e os trabalhos... São poucos os Deputados que vão...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não aparecem. Não aparecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E não aparecem, quer dizer...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu tô dizendo que fica como variável...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu quero colocar isso claramente. A proposta... O Relator tem uma razão pessoal pra... pra propor esse problema de não haver reunião, e eu tinha convocado já os outros sete laboratórios para dia 18. Se o Relator propuser, eu transfiro, e aí se trata de um... Eu, que sou... que não sou muito democrata, não é, tô me omitindo de tomar decisões, pra que, depois, não seja, pela imprensa...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu realmente... Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Realmente, eu ponderei isso, mas foi uma ponderação pra que não se dissesse que sete laboratórios viriam aqui numa Semana Santa, com o plenário semivazio. Mas, se V.Exa. insiste nisso, eu adio

qualquer compromisso que tenho. Eu propus que esses sete remanescentes viessem na terça-feira seguinte à Semana Santa. Foi o que eu propus, no sentido de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tem nenhum problema em ajeitar...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Agora, não quero parecer também, até pela razão que eu... V.Exa. sabe mais do que eu, pela sua experiência parlamentar, que Semana Santa não é muito convite à freqüência nesta Casa. Aí, se traz... Vêm sete laboratórios, numa terça-feira, tem pouca gente, pode... Mas, se V.Exa. acha, eu adio tudo que tiver e estarei aqui. Não tem problema nenhum de minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu proponho o seguinte... Eu proponho aos Deputados... (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Porque eu estava querendo transferir pela razão (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, posso dar uma sugestão? Uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estamos discutindo a segunda semana. Nós ainda teremos a semana que vem como normal. A sugestão é que a proposta do Relator seja acatada, ou seja, terça-feira, dia 18, passe pra terça-feira, dia 25, e que no dia 18 e dia 19 V.Exa., que tem um rol de pessoas a ser convocadas, preencha, na terça-feira e quarta-feira, e o senhor tem a semana toda para comunicar-nos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas eu virei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o problema... o problema... Eu vou transferir toda essa decisão pra quarta-feira da próxima semana.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, é... A idéia de que... do melhor aproveitamento do tempo não pode ser interpretada nem tampouco insinuada que seja de indisposição de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não é isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja... Deixa eu ponderar pra V.Exa. Não sei se o tempo previsto, inclusive, meio dia em Pernambuco e meio dia no Ceará, vai permitir que se realize tudo aquilo que é possível de ser realizado ou,

eventualmente, necessário. Então, eu quero agregar aqui que, da minha parte, eu estarei trabalhando na segunda, na terça, na quarta, na quinta, visto que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não se refere nada a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja: que só dizer da minha disposição de colaborar e que ofereço, à reflexão do conjunto da CPI, se não seria o caso — agora explicitando melhor a proposta —, se não tiver algo mais ser feito, do ponto de vista de diligência. Mas se V.Exa. ou o conjunto avaliar que o melhor é fazer audiência aqui, eu, pra mim, audiência é uma avaliação; ela vai acrescentar pouca coisa. Como eu estou defendendo alguns tipos de diligências, é nesse sentido que eu sugiro, para ser avaliado também, que nós não poderíamos, quem sabe, avaliar de capricharmos um pouco mais em algumas visitas, até na defesa do laboratório público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não vejo, com toda a honestidade, não vejo necessidade nenhuma de prorrogar esta visita ao Ceará e Pernambuco, até porque os autores dessas visitas me deram o temário. Pernambuco foi sugestão do nobre Relator e é uma visita ao LAFEPE e ao Secretário, coisa que nós podemos fazer à tarde. E, no Ceará, o roteiro proposto pelo Deputado Sérgio Novais está cumprido por inteiro. Nós aproveitaríamos o domingo pra nos deslocar ao Ceará e do Ceará estaríamos domingo à noite lá e, segunda de manhã, começaríamos o trabalho. Então, ganharíamos esse tempo. E há uma norma aqui da CPI que nós faríamos essas incursões aí, por enquanto, pelo menos, nas sextas e nas segundas-feiras a menos que se trate de outra coisa. Nesse não acho... não vejo necessidade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, eu vou ser mais explícito. Eu não sei se já foi aprovado ou não, mas aqui em dado momento se discutiu da nossa ida também à Amazônia e, portanto, com essa dimensão até geraria economia de custos, com a seguinte lógica — se se avaliar que terça-feira aqui a audiência não será a que desejamos: de repente nós poderíamos concentrar que se de fato vamos até a Amazônia que nós aproveitássemos para fazer a visita. É isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas terça-feira tem Plenário.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, o senhor me permite? Porque, pelo que eu me recordo, nós aprovamos, já deliberamos aqui em

plenário três diligências: ao Ceará, Pernambuco e ao Estado do Amazonas, que o Deputado Chinaglia fala de Amazônia. Obviamente, é o maior Estado da região e do País também uma extensão territorial, Deputado Chinaglia. E, em conversa com o Relator, nós temos feito muitos contatos já com a Assembléia Legislativa, com o Superintendente da SUFRAMA, que tem uma exposição preparada pra fazer à CPI no que se refere a implantação de um centro de biotecnologia que já está sendo construído com recursos públicos federais. Temos contato com a Direção do INPA, da Universidade do Amazonas, bastando que a gente marque uma data pra que viabilize esse nosso roteiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos marcar a data oportunamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E só pra reforçar a importância da nossa ida. Ontem nós tivemos pela segunda vez na CPI o Representante da ALFOB, dos laboratórios oficiais. E não existe, Sr. Presidente, um laboratório público situado na Região Norte deste País, na Amazônia, que tem um perfil epidemiológico completamente diferente das outras regiões do nosso País. Então, acho que a nossa ida é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A reunião de ontem foi marcada para isso, nobre Deputada, pra discutir isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, eu estou só dizendo... Estou só que a própria ALFOB aponta para necessidade da implantação do laboratório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas foi feita essa reunião pra se discutir isso, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, Sr. Presidente, mas eu estou dizendo que essas audiências...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Trouxemos aqui as pessoas que decidem essa questão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito. E que essas audiências que está ocorrendo aqui nos ajudarão muito para essas diligências externas que faremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bom. A sugestão da viagem está feita. Vamos marcar alguma agenda, vamos ver que dia pode ser feito, entendeu, com imenso prazer.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeitamente. Com tempo para que possamos organizar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Espero que V.Exa. sugira uma data desde logo, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A data eu acho que fica a critério. As nossas atividades lá, essas sim nós já estamos cuidando junto com o Relator. A data fica a critério da coordenação da CPI. O Deputado Chinaglia sugeriu se pudéssemos aproximar as viagens ao Ceará e a... e a Pernambuco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E o Deputado Arlindo e o Deputado B. Sá disse que nós temos votações e trabalho aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Arnaldo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Veríamos na outra semana, veríamos na outra semana.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Arnaldo Faria de Sá

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão. Arnaldo Faria de Sá. Desculpe, perdão. Havia proposto isso, entendeu? De forma que veja V.Exa... Eu quero que V.Exa. sugira uma data, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A próxima semana, então, Sr. Presidente. Uma segunda-feira, obviamente, porque a partir de terça temos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dia 25, em seguida, dia 17 Norte e Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dia 24 o Relator e este Presidente têm um compromisso já no Rio, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Do Rio iria ao Amazonas, há um vôo direto. Há um vôo direto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dia 24, tá? Dia 24. Vamos sugerir. Sugiram as datas e eu terei um imenso prazer, até porque...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Vinte e quatro. Vinte e cinco. Já está sugerido dia 25.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E o calendário da semana que vem, exceto, entendeu, o dia 17, será decidido na quarta-feira.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. permite, Sr. Presidente? Eu pediria, é evidente, que esse roteiro da... de visitas fosse conversado. É evidente que a Deputada Vanessa conversou comigo e com os Deputados, mas eu temo que

numa visita como essa a Amazônia, a gente possa sair um pouco das nossas rotinas. Por exemplo, V.Exa. falou-me há pouco de reunião na Assembléia Legislativa. Eu acho que não é conveniente. A gente termina entrando em política local. O nosso objetivo na Amazônia é ver, por exemplo, essa política de pesquisa, porque temos que preservar a CPI de... de... O Deputado Sérgio Novais, na programação do Ceará, foi muito aberto a essa preservação. E essa mesma preocupação, sei que não é intensão de V.Exa., mas deveremos ter na Amazônia. Quer dizer, nos cingir a uma questão absolutamente científica de uma região que precisa ter um apoio de pesquisa muito grande, até pela sua diversidade de biodiversidade etc. e que, portanto, nós passaríamos uma manhã lá ou o que fosse, com essas preocupações. E que não se pré-agendassem encontros, não é, que depois terminavam não sendo possíveis de serem realizados.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Inclusive, a Assembléia seria apenas um local que nós indicaríamos para reunir órgãos de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu comungo da...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Universidade do Amazonas, é... o próprio Centro de Biotecnologia, que é uma organização social. Podemos fazer essa reunião na SUFRAMA. Na SUFRAMA, ou na Universidade, ou no próprio INPA.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Secretaria de Saúde do Estado. O Secretário de Saúde podia ser um homem que coordenasse isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Participaria, já está comunicado. Já fizemos contato com o Secretário.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Como nós pedimos ao Dr. Robalinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quero que V.Exa. sugira, porque eu comungo da preocupação do nobre Relator de que nós devemos ficar... E ontem foi tipo da reunião técnica da preocupação de V.Exa. Ontem foi a reunião para discutir exatamente isso. O que nós queríamos discutir era isso, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque o que nos (*ininteligível*) definir o local para reunirmos os órgãos pra discutir pesquisa, produção, na região. Cuidaremos disso, sem problema nenhum, nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião. Muito obrigado a todos os senhores.

